Tribunal de Contas
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Quinquênio 2018 | 2022

São Paulo

Novembro de 2022

Conquistas, legado e perspectivas

Tribunal de Contas
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CONSELHEIROS

Presidente – **João Antonio da Silva Filho**

Vice-presidente – **Eduardo Tuma**

Conselheiro-corregedor – **Roberto Braguim**

Conselheiro – **Mauricio Faria**

Conselheiro – **Domingos Dissei**

Sumário

Lista de abreviaturas e siglas 4

Prólogo
João Antonio da Silva Filho 6

Apresentação
Comitê Gestor 8

Introdução 10

O papel estratégico do Comitê Gestor do Tribunal 12

Atuação coordenada das unidades no TCMSP

Reestruturação da Presidência 13

Secretaria Geral na coordenação da gestão compartilhada 16

Subsecretaria Administrativa e estrutura administrativa: área-meio 23

Subsecretaria de Controle Externo: auditoria, pandemia, ações e resultados 27

Assessoria Jurídica de Controle Externo 35

Núcleo de Governança e Gestão no planejamento estratégico 42

Investimentos em Tecnologia da Informação 48

Controladoria Interna 56

Planejamento e Política de Comunicação 57

Ouvidoria e transparência 60

Escola de Gestão e Contas Públicas 62

Observatório de Políticas Públicas 70

Núcleo de Boas Práticas 74

Atividades do Serviço de Saúde 77

Guarda Civil Metropolitana e humanização da segurança interna 79

Desafios para o próximo período 82

Alguns momentos do percurso 85

Lista de abreviaturas e siglas

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Abracom – Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AIQ – Auditorias Internas da Qualidade

AJCE – Assessoria Jurídica de Controle Externo

AQF – Asseguração da Qualidade das Fiscalizações

Atricon – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

AudTCMSP – Associação dos Auditores de Controle Externo do TCMSP

Caep – Comissão de Avaliação e Estudos Previdenciários

Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEESP – Conselho Estadual de Educação de São Paulo

CEUs - Centros Educacionais Unificados

CGE – Controladoria Geral do Estado

CGU – Controladoria Geral da União

CMSP – Câmara Municipal de São Paulo

CNPTC – Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas

CP – Coordenadoria Processual

Crea-SP: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo

Creci-SP: Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRH – Coordenadoria de Recursos Humanos

DOC – Diário Oficial da Cidade

DOE – Diário Oficial do Estado de São Paulo

EGC – Escola de Gestão e Contas Públicas

EJMESP – Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo

Emasp – Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo

EMPP – Escritório de Monitoramento de Processos e Projetos

Enccla – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro

EPCMSP – Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo

ETCM – Grupo de Normativos coordenado pela Secretaria Geral

eTCM – Sistema Eletrônico de Processos

ETCQ – Escritório da Qualidade Total

FGV – Fundação Getúlio Vargas

Foccosp – Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

GCM – Guarda Civil Metropolitana

Giep - Gratificação de Incentivo à Especialização e Produtividade

GRT – Gestão das Relações de Trabalho

GTGov – Grupo de Trabalho Governança

GTPE – Grupo de Trabalho Plano Estratégico

GTPrev – Grupo de Trabalho para estudos, implementação e operacionalização da Emenda nº 41/2021

Incosai – Congresso Internacional das Instituições Superiores de Controle

Infocontas – Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo

Iprem – Instituto de Previdência Municipal de São Paulo

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

IRB – Instituto Rui Barbosa

ISO – International Organization for Standardization (Organização Internacional de Padronização)

Jucesp – Junta Comercial do Estado de São Paulo

LAI – Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11)

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

LND – Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento

LOMSP – Lei Orgânica do Município de São Paulo

MMD-TC – Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas

NBASP - Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público

NBR ISO 9001 – Versão brasileira da norma internacional ISO 9001, tendo em vista que NBR é a sigla para Norma Brasileira aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

NEPSAS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade e Assistência Social da PUC-SP

NGG – Núcleo de Governança e Gestão

NjuriS – Núcleo de Jurisprudência e Súmula

NLL – Nova Lei de Licitações

NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

OSS – Organização Social de Saúde

PAF – Plano Anual de Fiscalização

PFCA – Programa de Formação Continuada dos Auditores

PLO – Projeto de Emenda à Lei Orgânica

PMSP – Prefeitura do Município de São Paulo

PTRF – Programa de Transferência de Recursos Financeiros

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

QATC – Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas

Racad – Reunião de Análise Crítica da Alta Direção

SA – Subsecretaria Administrativa

SCE – Subsecretaria de Controle Externo

SCI – Sistema de Controle Interno

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SERS – Secretaria Especial de Relações Sociais

SFC – Subsecretaria de Fiscalização e Controle

SFMSP – Serviço Funerário do Município de São Paulo

SG – Secretaria Geral

SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade

Sisaud – Sistema de Auditoria

SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

SMG – Secretaria Municipal de Gestão

SMPED – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência

SOF – Sistema de Orçamento e Finanças

SONP – Sessões Ordinárias Não Presenciais

STF – Supremo Tribunal Federal

Suvis – Supervisão de Vigilância em Saúde

TAG – Termos de Ajustamento de Gestão

TCC –Trabalho de Conclusão de Curso

TCE-BA – Tribunal de Contas do Estado da Bahia

TCE-ES – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

TCE-PB – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TCE-PE – Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

TCE-RO – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

TCE-SP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

TCM-PA – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará

TCMSP – Tribunal de Contas do Município de São Paulo

TCU – Tribunal de Contas da União

TIR – Taxa Interna de Retorno

UFABC – Universidade Federal do ABC

UIE – Unidade de Informações Estratégicas

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Uniceu – Universidade nos Centros Educacionais Unificados

Uninove – Universidade Nove de Julho

USP – Universidade de São Paulo

USTDA – Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos

UTAP – Unidade Técnica de Aposentadorias e Pensões

UTBD – Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação

UTDS – Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas

UTPJS – Unidade Técnica de Pauta e Juízo Singular

Prólogo

É caminhando que se faz o caminho

(Titãs, *Enquanto Houver Sol*)

A atuação no serviço público nos impõe desafios que vão muito além de meros testes de nossas capacidades de vencê-los. A medida de cada tarefa guarda relação com seus horizontes, mas é comum que os conheçamos enquanto percorremos o caminho.

Nesse processo, percebi como a minha visão a respeito da cidade de São Paulo e da administração pública mudou sobremaneira a partir do momento em que passei a atuar como conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), em 2014, e, a partir de 2018, por escolha dos meus pares, quando passei a presidir esta Corte de Contas – após diversas experiências na vida pública.

No Tribunal de Contas da maior metrópole do país, ao conhecer seu funcionamento, sua importância estratégica e sua inserção na vida da população, percebi o quanto havia a aprender acerca da máquina do Estado e da necessidade de um permanente processo de aprendizado – inclusive para o inesperado e o imprevisível.

A pandemia do novo coronavírus surgida em 2020, suas marcas e seus desdobramentos nos ensinaram isso de forma categórica: fomos obrigados a nos reinventar da noite para o dia, sem aviso prévio. Mantivemos o Tribunal em funcionamento, protegemos vidas, aumentamos a nossa produtividade, adotamos o mecanismo de sessões e trabalho no formato remoto nos períodos mais agudos da doença, mantendo firmes nossos compromissos de servir à sociedade.

Nos planos interno e externo, houve um amplo esforço coletivo, com a adesão do conjunto dos servidores e das servidoras, enquanto empreendíamos uma gama de ações unificadas entre o TCMSP, a Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal de São Paulo, que nos tornaram capazes de lidar com tantas condições adversas e desafiadoras.

As lições que coleciono cotidianamente, na condição de conselheiro e de presidente do Tribunal de Contas, permeiam interesses de quem mais precisa dos serviços do Estado, dos grupos de poder que circundam a administração nas diversas áreas e a busca permanente pela supremacia do interesse público.

Com a pandemia em 2020, fomos obrigados a nos reinventar da noite para o dia, sem aviso prévio

Vivemos em um município complexo, de fronteiras conurbadas que vão além dos seus bairros e aglomerados urbanos, que maneja um dos maiores orçamentos públicos da federação e se equilibra para prestar serviços diversificados para milhões de pessoas de múltiplas origens, interesses e necessidades. Esse é o desafio do gestor público numa cidade como São Paulo. Por seu turno, o olhar de órgãos de Controle Externo, como o Tribunal de Contas, é ser muito mais do que a lupa da sociedade para cada centavo arrecadado, gasto ou investido em todos os recantos paulistanos.

O trabalho da estrutura de fiscalização do TCMSP sobre os gastos da Prefeitura de São Paulo não é aleatório: tem como balizas metodologias de gabarito nacional

Os avanços e as conquistas são frutos do trabalho coletivo

e internacional. Envolve uma máquina qualificada, com servidores e servidoras de elevado grau de preparação, com recursos tecnológicos, conhecimentos administrativos e jurídicos que nos orgulham e nos colocam dentre os melhores no Sistema Tribunais de Contas brasileiro.

Ao assumir a Presidência, tive a humildade e a iniciativa de me acercar de quadros de servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras de muita sensibilidade e capacidade de gestão para que pudéssemos melhorar o ambiente de trabalho, produzir mais e melhor. Mas isso só foi possível porque encontramos no TCMSP uma herança positiva de dirigentes que nos antecederam, o que possibilitou que pudéssemos ousar e avançar, aprofundando um importante legado de ações fundamentais.

Nesses anos, a busca pelo equilíbrio permanente na condução da Presidência contou com o apoio irrestrito dos conselheiros-presidentes Edson Simões e Roberto Braguim, com os quais tive convivência próxima ao assumir a cadeira de Conselheiro e a da Presidência, além da firmeza na atuação e do senso de colegialidade por parte dos conselheiros Domingos Dissei, Mauricio Faria e Eduardo Tuma.

A cada ano passado como dirigente do Tribunal, atribuo novas conquistas, inovações, reestruturações, investimentos ou ações coordenadas entre as equipes de administração do TCMSP à sincronia entre as escolhas que fizemos e o legado dos antecessores. No bojo disso também está o Comitê Gestor, órgão consultivo e colaborativo que tive a felicidade de criar pouco tempo após assumir a Presidência do Tribunal de Contas.

Sua criação e estruturação foram fundamentais quando do advento da pandemia, visto que enfrentamos o desafio de unir ainda mais o corpo dirigente do Tribunal, os colaboradores e as colaboradoras, adotando ações amparadas em consultas constantes ao Comitê Gestor para que medidas mitigadoras dos seus efeitos internamente fossem adotadas com celeridade e segurança.

Os avanços e as conquistas são frutos de um trabalho coletivo e de um conjunto de ideias, iniciativas e observações colhidas ao longo de muitos encontros nos quais discutimos e decidimos os rumos da Casa. Essas, seguramente, passaram pelo crivo de boa parte do conjunto daqueles que estão na ponta, tocando nossas tarefas primordiais no cotidiano.

Espero que sigamos olhando adiante, sem retroceder, sem perder de vista a mudança de cultura consolidada. Acredito que o ideal é pensarmos a construção cotidiana do futuro sempre pela melhor perspectiva.

João Antonio da Silva Filho
Conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) concentrou esforços e ampliou seu raio de atuação para consolidar sua posição como órgão de Estado vital para a cidade de São Paulo, seja em relação ao uso correto dos recursos do contribuinte, ao acompanhamento de políticas públicas exitosas e de qualidade ou à prestação de serviços melhores pela administração municipal aos paulistanos. Ao mesmo tempo, o TCMSP – por intermédio de atos, decisões, debates e proposituras tomadas com anuência do seu Pleno – se faz cada vez mais presente no seio de entidades que realizam o controle social do orçamento público em nosso município.

Nossa instituição ampliou sua inserção na sociedade, notadamente nos campos institucionais, por meio de parcerias firmadas com o Ministério Público, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Sistema de Saúde, os Conselhos Profissionais de Entidades de Classes, as Universidades, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) e as instituições que representam o Sistema Tribunal de Contas em âmbito nacional, como a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), a Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), dentre outras.

O crescente prestígio da nossa Corte de Contas país afora é resultado de mudanças estruturais, internas e externas, que garantiram seu bom funcionamento, melhorias significativas nos processos de auditoria, elevação da produtividade e uma maior coesão entre a sua alta direção, as diversas áreas, os servidores e as servidoras. Tudo foi feito com base em diagnósticos das áreas e dos papéis exercidos por cada integrante do nosso corpo funcional.

Isso também se refletiu na nossa relação com órgãos de mídia, que hoje buscam o Tribunal de Contas como fonte de informações e publicam regularmente resultados do trabalho das auditorias e fiscalizações na cidade de São Paulo. Isso reforça os acertos no trato de questões fundamentais para o cotidiano da cidade e de seus moradores, tais como nas áreas de transporte público, habitação, educação, saúde, obras viárias, trânsito, cultura, lazer, meio ambiente, atividades comerciais etc.

É importante reconhecer que a estrutura do Tribunal de Contas passou, ao longo do tempo, por alterações que a tornaram mais qualificada para atender as crescentes demandas da sociedade em relação aos processos de acompanhamento de licitações, gastos públicos e aplicação correta dos recursos oriundos dos impostos dos contribuintes. Internamente, buscamos investir na capacitação dos servidores e das servidoras, na oferta de melhores condições de trabalho e na valorização profissional, o que impactou no crescimento dos níveis de excelência do nosso trabalho.

Este Relatório busca reunir informações sobre diversas etapas de transformação do TCMSP em órgão de Estado essencial para a garantia de serviços públicos de qualidade na maior metrópole da América Latina, com destaque para ações, medidas administrativas, alterações legais e em sua estrutura interna que se mostraram fundamentais para avançarmos ainda mais nesse sentido.

O crescente prestígio do TCMSP é resultado de mudanças estruturais internas e externas

As informações ora disponibilizadas cobrem, em boa parte, o período de 2018 a 2022, sem descuidar do arcabouço construído pelos demais presidentes que antecederam a atual direção do TCMSP, cujas marcas foram preservadas como importantes etapas da nossa busca constante pela qualidade e pela excelência na prestação de um serviço público.

Externamos aqui nossa gratidão aos dirigentes anteriores, a todas as equipes de colaboradores e colaboradoras, parceiros e prestadores de serviços que garantem a busca pelo melhor caminho para o nosso Tribunal de Contas em todas as suas áreas de atuação.

Comitê Gestor

Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Introdução

O presente Relatório abrange o exercício da Presidência pelo conselheiro João Antonio da Silva Filho no período de 2018 a 2022, incorporando importantes contribuições de seus antecessores, com destaque para ações que marcaram as transformações introduzidas nesta Corte de Contas nas últimas décadas.

Apresenta-se um histórico da formação do Grupo de Trabalho Governança (GTGov) e do Grupo de Trabalho Plano Estratégico (GTPE), cujos estudos serviram de parâmetro para a criação do Planejamento Estratégico em vigor no TCMSP. Hoje, o Núcleo de Governança e Gestão (NGG) concentra o trabalho de formação e aplicação dos princípios e das diretrizes emanados pelo Pleno, cujo impacto na qualidade será natural ao longo do tempo.

O período de 2018 a 2022 foi assinalado por intensos desafios e conquistas indeléveis

Em linha com essas ações, a Presidência criou o Comitê Gestor – órgão consultivo formado por dirigentes de todas as áreas do Tribunal –, cujo papel relevante tem sido o de dar suporte às decisões da alta direção da Casa, notadamente em decisões de caráter administrativo, de investimentos, propostas de reestruturação das áreas e todas aquelas atinentes ao cotidiano. O Comitê Gestor se traduziu numa experiência de busca coletiva pelas melhores soluções para a administração do TCMSP.

Destacam-se também a criação e as mudanças na condução da Escola de Gestão e Contas Públicas (EGC), os benefícios trazidos ao conjunto dos servidores e das servidoras do Tribunal, como os projetos de lei de iniciativa do TCMSP, que alteraram a denominação das carreiras e buscaram corrigir as perdas salariais decorrentes da inflação nos últimos anos, bem como os auxílios saúde e alimentação.

Esse histórico demonstra como o TCMSP enfrentou os desafios impostos pela pandemia do coronavírus, por meio de elaboração coletiva que buscou preservar vidas, manter a saúde mental de quem trabalha nesta Casa e dos que necessitam de seus serviços. A adoção do trabalho remoto e de outras medidas mitigadoras dos efeitos danosos da pandemia foram adotadas, enquanto o Tribunal mantinha relação de diálogo permanente com os demais órgãos de Estado no sentido de garantir a efetiva e correta aplicação dos recursos à população paulistana nos momentos mais agudos do processo pandêmico, a partir de março de 2020.

A propósito dos períodos mais profundos da pandemia, merecem ênfase as atuações de três áreas, em conjunto com as demais: o Serviço Médico, o Núcleo de Tecnologia da Informação e a Assessoria de Comunicação, cujo sincronismo garantiu apoio aos servidores, às servidoras e a seus familiares, a efetivação dos processos internos, o trabalho remoto e um fluxo de informações relevantes quando era necessário manter um maior distanciamento social e as atividades primordiais do TCMSP não podiam sofrer quaisquer interrupções.

Sublinha-se o acelerado processo de transformação digital experimentado nos últimos anos pela Corte de Contas, em particular com a instituição do Processo Eletrônico, a ampliação da digitalização do acervo de processos, o desenvolvimento de novas e modernas ferramentas tecnológicas e a consolidação de uma cultura que busca manter essas conquistas como vitais para melhorar a qualidade de serviços.

Do ponto de vista administrativo, a atribuição de papel de maior significância à Secretaria Geral do TCMSP fez com que esta passasse a compartilhar com a alta direção um conjunto de atos normativos, gestão de processos e ações voltadas

Transformação digital e modernização constante foram marcas da gestão compartilhada

ao conjunto dos servidores e das servidoras, sem alterar sua relevância enquanto principal suporte aos senhores conselheiros nas sessões plenárias e nos diversos serviços e atos derivados de decisões do Pleno.

Assim, estão listadas, uma a uma, as principais ações que impactaram na qualidade dos serviços e produtos de Auditoria, tais como a ampliação de seus quadros, a qualificação permanente deste setor e a melhor organização do processual. O uso intensivo de mecanismos apreendidos do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) também contribuiu para esse cenário, além da reestruturação de unidades e das áreas, dotadas de maior autonomia, participação coletiva no Comitê Gestor e de mecanismos de avaliação permanentes.

Dessa forma, busca-se aqui registrar um período de grandes transformações na Corte de Contas e, ao mesmo tempo, demonstrar os adequados caminhos trilhados nos últimos tempos. E como alegra poder compartilhar com todos e todas esses processos de mudanças que, espera-se, sejam incorporados na cultura interna como conquistas e melhorias permanentes.

O papel estratégico do Comitê Gestor do Tribunal

Em fevereiro de 2018, recém-empossado na Presidência, o conselheiro João Antonio anunciou a criação de um núcleo denominado Comitê Gestor, que se tornou o espaço de discussões, elaboração de projetos, tomada de decisões e de consolidação das principais políticas relativas à administração das diversas áreas do Tribunal de Contas.

Integrado por representantes da Presidência, da Secretaria Geral, da Subsecretaria Geral, da Subsecretaria de Controle Externo (SCE), do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), do Núcleo de Governança e Gestão (NGG), da Coordenaria Processual, da Subsecretaria Administrativa (SA), da Assessoria de Comunicação, da Escola de Gestão e Contas Públicas (EGC) e do Núcleo de Boas Práticas, o Comitê permitiu avançar em pautas importantes, com destaque para a elaboração do Planejamento Estratégico, a nomeação dos grupos de trabalho GTPE e GTGov e as iniciativas de grande impacto na reestruturação organizacional do Tribunal e na vida funcional das equipes.

A partir de discussões realizadas no Comitê Gestor, ainda em meados de 2018, teve início a estruturação do Núcleo de Governança e Gestão (NGG), cuja tarefa primordial é a implementação do Planejamento Estratégico, além de dar suporte à reorganização das unidades administrativas, discutir parcerias e a criação de novos produtos que melhorem a fiscalização e a gestão do Tribunal. Projetos e ações passaram a se interconectar, com vistas a integrar as unidades, facilitar a comunicação interna, planejar a execução financeira, estruturar cenários para melhorar tomadas de decisão, ampliar a transparência e promover o fortalecimento institucional e a participação colaborativa. Esse processo, em seu conjunto, podemos denominar como sistematização de iniciativas.

Essa conexão entre as áreas perpassa interesses dos servidores e das servidoras, direciona a elaboração e aprovação de normativos, a reestruturação de setores vitais para o cotidiano da Casa, inclusive com impacto nas mudanças na estrutura física, criação de novas unidades, assinatura de contratos, ou seja, incide diretamente sobre tudo o que envolve a coordenação e a gestão do TCMSP.

O modelo de gestão colaborativa dá voz aos colaboradores nos processos decisórios

Tudo isso tem a ver com o consagrado modelo de gestão colaborativa, pautado pela confiança entre colaboradores e colaboradoras, independente de seus níveis hierárquicos. A partir dele, profissionais têm voz ativa em todos os processos decisórios da estrutura administrativa, cultivando um clima no qual se buscam objetivos comuns.

A gestão colaborativa, como o nome sugere, tem como principal característica envolver o maior número possível de pessoas nas decisões mais importantes, o que estimula a troca de experiência e informação, tão importante na atual era digital.

Esse espírito e sua composição fizeram e fazem do Comitê Gestor uma bússola que nos ajuda a navegar entre interesses diversos e decisões que abarquem ações internas, as relações externas do Tribunal e seu lugar na sociedade como estrutura autônoma, integradora e permanente de Estado.

Reestruturação da Presidência

A Presidência – como estrutura de interlocução com os Gabinetes, as áreas, os servidores e as servidoras e as instituições externas – guarda marcas históricas desde a criação do Tribunal de Contas do Município, em 1968. Os presidentes que por ela passaram são responsáveis por grandes transformações que esta Corte de Contas experimentou em mais de 50 anos e representam o nosso orgulho histórico, ao lado de muita gente que construiu sua carreira e dedicou sua vida ao TCMSP.

Do ponto de vista estrutural, o ano de 2018 marcou uma mudança conceitual e prática do funcionamento da Presidência: ao ser desmembrada do Gabinete do conselheiro-presidente para virar unidade autônoma – com espaços próprios, servidores e servidoras e abrigar sob seu guarda-chuva um leque importante de setores da administração interna –, sua capacidade de interação e de entregar resultados ao Tribunal virou uma referência entre todos os setores da Casa.

Jubileu 50 Anos do TCMSP: lançamento de livro alusivo à efeméride, na presença do então prefeito Bruno Covas

Institucionalmente, todas as demandas oriundas dos Gabinetes e das áreas passaram a ser tratadas diretamente pela estrutura da Presidência, enquanto o conselheiro-presidente toca o cotidiano do seu Gabinete como os demais o fazem. Ao mesmo tempo, propiciou agilidade na recepção de autoridades, visitantes, encontros, reuniões e tomadas de decisão dos setores nos espaços projetados para seu funcionamento no primeiro andar do edifício-sede do TCMSP.

A estrutura da Presidência abriga a Sala do Presidente, a Chefia de Gabinete, o Expediente, o Núcleo de Boas Práticas, o Observatório de Políticas Públicas do TCMSP, a Assessoria de Comunicação e o Cerimonial.

A coordenação de atividades de gestão exercida pelo complexo da Presidência se orienta pela constante troca de informações com as áreas e interage diretamente com estas por meio de propostas, projetos e ações emanadas do Comitê Gestor, sem descuidar do permanente diálogo e do registro de atos administrativos junto aos Gabinetes dos senhores conselheiros. Também abarca o trabalho de gestão compartilhada das principais atividades da Escola de Gestão e Contas Públicas do TCMSP, unidade com vinculação direta à sua estrutura, em sintonia com o conselheiro-dirigente indicado pelo Pleno e com o corpo dirigente interno.

No processo de mudanças e reestruturação da Presidência nos últimos anos, destacamos a seguir um conjunto de ações, realizações e projetos levados a cabo sob a sua liderança e executados sempre por meio de parcerias internas e externas.

Jubileu de Ouro

A comemoração dos 50 anos de criação do TCMSP foi realizada durante todo o ano de 2018, com cerimônia, palestras, shows musicais, lançamento do livro *TCMSP 50 anos*, plantio de árvores e diversos eventos internos. Outro marco importante foi a sessão solene em homenagem ao Tribunal realizada na Câmara Municipal de São Paulo, com a participação de todas as bancadas com assento naquela Casa Legislativa, quando foi entregue ao TCMSP a honraria Salva de Prata.

FIDA e Congresso Internacional

O TCMSP e a Câmara Municipal de São Paulo sediaram, nos dias 7 e 8 de outubro de 2019, a edição *XVIII Fórum Ibero-americano de Direito Administrativo* (FIDA), que reuniu autoridades, especialistas, convidados e acadêmicos do Brasil, de Portugal, da Espanha e de diversos países latino-americanos e do Caribe. Na oportunidade, também foram lançados dois volumes do livro *Control Administrativo de la Actividad de la Administración*, com artigos de renomados especialistas da área de várias partes do mundo. A publicação foi feita em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Na mesma semana (9, 10 e 11 de outubro de 2019), aconteceu o *Congresso Internacional de Direito Administrativo,* com o tema *Defesa dos Direitos Fundamentais em Tempos de Crise*.

Cidadania em Contas

Entre 2019 e 2020, em parceria com a Escola de Gestão e Contas Públicas, a Presidência coordenou a realização de um projeto centrado na apresentação do trabalho do TCMSP para o público externo, denominado Cidadania em Contas. Dezenas de encontros presenciais – que passaram ao formato virtual durante a pandemia de 2020-2021 – nas Subprefeituras de toda a cidade de São Paulo levaram detalhes sobre como funciona a Corte de Contas em todas as suas etapas de atuação. Envolveu servidores da SCE, da Escola de Contas, da Presidência, da Assessoria de Imprensa, da Gestão das Relações de Trabalho (GRT) e da Ouvidoria. Também foi realizado um importante curso de formação que contou com a participação de representantes do TCMSP, do Ministério Público do Estado de São Paulo e da Defensoria Pública Estadual.

Concertos Didáticos

Outro projeto importante sob a coordenação da Presidência, realizado com a Escola de Gestão e Contas Públicas, foi a série Concertos Didáticos. A ação trouxe ao auditório da Escola músicos, artistas renomados, escritores, bandas e especialistas em música para apresentar, no horário do almoço, os diversos gêneros musicais em formato de show-aula, com o intuito de enriquecer e divertir o conjunto dos servidores e das servidoras, além de oferecer os eventos à participação da sociedade e de estudantes de várias escolas municipais. Os Concertos Didáticos ocorreram nos anos de 2018 e 2019 por meio de parceria entre o Tribunal de Contas, a Câmara Municipal e a Prefeitura de São Paulo.

Curso sobre Orçamento Público

Também foi realizado, em 2022, um notável curso de formação sobre Orçamento Público e Políticas Públicas para as Mulheres, organizado pelo TCMSP, Defensoria Pública do Estado de São Paulo e Ministério Público do Estado de São Paulo, ministrado por servidores e servidoras do TCMSP. Como resultado, consolidou-se a parceria entre as instituições em torno do tema enfrentamento à violência contra a mulher na capital paulista.

Alunos de escolas públicas municipais prestigiam os Concertos Didáticos

X Educontas

Entre 26 e 28 de agosto de 2019, o TCMSP sediou o *X Educontas – Encontro Técnico de Educação Profissional dos Tribunais de Contas.* Foram eventos de compartilhamento de boas práticas na gestão educacional, com participação de especialistas, conselheiros, conselheiras, gestores de Escolas de Contas de todo o país, além de representantes de todo o Sistema Tribunais de Contas brasileiro.

Abertura do X Educontas

Atricon e CNPTC

Por meio de articulações da Presidência, com o apoio das áreas, o TCMSP sediou diversos encontros da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Conselho Nacional de Presidentes de Tribunais de Contas (CNPTC).

MMD-TC

São Paulo também sediou dois encontros nacionais das equipes que cuidam do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que serve de baliza para a qualificação dos trabalhos das Cortes de Contas do país.

Comitê Gestor

A instância consultiva e colaborativa chamada Comitê Gestor foi criada por iniciativa da Presidência e visa tornar mais dinâmicas e amplas as decisões administrativas e de reorganização do Tribunal desde 2018.

Secretaria Geral na coordenação da gestão compartilhada

A Secretaria Geral (SG) e a Subsecretaria Geral cumprem um papel relevante na organização, realização, registro e acompanhamento das sessões plenárias, bem como de suporte aos gabinetes dos senhores conselheiros e de gestão dos atos decisórios tomados pelo Pleno. Essa tarefa foi desempenhada por diversos servidores da Casa ao longo dos anos, com dedicação e zelo irreparáveis.

Mesa Técnica sobre leilão de privatização da SPTuris

No período de 2018 a 2022, dentro das iniciativas de remodelação da estrutura de gestão e coordenação do TCMSP, a Presidência – respaldada em discussões e propostas trazidas ao Comitê Gestor – atribuiu à SG novos encargos no campo da coordenação, o que resultou em maior sinergia entre esta e outros órgãos do Tribunal.

Estão na alçada da Secretaria Geral as seguintes atividades: o controle preventivo, as mesas técnicas, o teletrabalho, a edição e revisão de normativos, a regulamentação do ETCM (Grupo de Normativos coordenado pela SG); as iniciativas para ampliação da transparência e acesso à informação; a regulamentação e a procedimentalização da Lei de Acesso à Informação (LAI) no TCMSP (resolução e portaria); o enfrentamento à pandemia, com acompanhamento e propostas de normativos relacionados; o atendimento à legislação eleitoral; a revisão de fluxos de trabalho; o aprimoramento e a modernização dos regulamentos de pessoal (cumprimento de jornada, dispensa para

tratamento de saúde do servidor e dependentes, licenças médicas e gestante, férias etc.).

Coordenadoria Processual

Nesse período, a Coordenadoria Processual (CP) enfrentou desafios inéditos. Parte deles foi respondida com celeridade e ótimos resultados, outra segue instigando projetos futuros.

O ano de 2018 foi um marco da gestão processual do TCMSP, com o início da implantação do Sistema Eletrônico de Processos (eTCM). Desde então, para estruturar o eTCM de acordo com a realidade do Tribunal, houve forte colaboração e trabalho conjunto da CP e da Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas (UTDS) do NTI.

Diante da decretação emergencial do teletrabalho em razão da pandemia, surge novo desafio para essa parceria: em março de 2020, o atendimento do Protocolo ainda era presencial e exigia a apresentação de documentos físicos. Foi preciso encontrar as soluções técnicas adequadas, produzir normas específicas e criar rotinas e fluxos internos de tal modo que o atendimento ao jurisdicionado e ao cidadão fosse mantido, sem perder a qualidade e a eficiência. Apenas sete meses depois, em outubro de 2020, foi implantado o Portal Eletrônico, inaugurando uma nova era digital no TCMSP, a qual continua em construção por meio do desenvolvimento do projeto Portal do Jurisdicionado, cuja futura implantação estabelecerá novo conceito de interlocução com os gestores públicos fiscalizados e com o cidadão paulistano.

Mesmo com a implantação do eTCM, em 2020, ainda era intenso no TCMSP o fluxo de processos físicos. Assim, para a manutenção das atividades em *home office*, nova mudança de paradigma precisou ser construída na gestão processual: em julho de 2020, foi autorizada pelo Plenário a digitalização dos autos físicos e a Coordenadoria Processual, em parceria com a Secretaria Geral, estruturou e produziu normatização, possibilitando a digitalização emergencial interna. Paralelamente, ao longo de 2021, a Coordenadoria Processual, em conjunto com a SG, a SA e o NTI, realizou estudos para viabilizar a contratação de empresa especializada para executar a digitalização de todo estoque de processos físicos em tramitação no Tribunal. Iniciada a execução do contrato em 2022, todos os processos físicos de controle externo já foram convertidos (ou estão em fase final de conversão) em eletrônicos, o que leva a planejar o impacto no futuro: remodelar os fluxos, treinar servidores cujos trabalhos eram atrelados aos processos físicos para serem alocados em novas atividades e repensar os espaços físicos para a nova realidade do trabalho com processos exclusivamente de modo virtual.

Com a digitalização, os processos físicos foram convertidos em eletrônicos

Cabe destacar que o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho da Coordenadoria Processual já vinha se intensificando desde antes dos desafios impostos pela pandemia. O ano de 2019 foi marcado por reuniões estratégicas com a Presidência e a Secretaria Geral, a fim de realizar diagnósticos, pensar em soluções para diminuir os estoques de processos e propor melhorias nos fluxos de trabalho, em convergência com as demandas debatidas pelo plenário da Corte de Contas paulistana. Desde então, di-

versas transformações ocorreram na CP, entre elas a designação de novos gestores para coordenação e supervisões. Destacam-se também as principais inovações concretizadas na gestão processual do TCMSP nesse período:

- Instituição das Sessões Ordinárias Não Presenciais (SONP) em ambiente virtual, que contribuiu para a redução do número de processos aguardando julgamento na Unidade de Pauta. No primeiro ano de experiência, a partir de meados de 2019, foram julgados na SONP 110 processos; em 2020, foram julgados 313 processos; em 2021, 420 processos; e neste ano de 2022, até o momento, 273 processos;
- Modernização do formato das atas das sessões de Pleno e Câmara publicadas no Diário Oficial, assegurando maior concisão e clareza na comunicação dos julgados, assim como promovendo maior celeridade na publicação das atas no DOC. Em média, em 2019, o prazo entre a realização da sessão e a publicação da ata era de 58 dias; em 2022, é de 18 dias;
- Disponibilização da íntegra das notas taquigráficas das sessões no Portal do TCMSP, ampliando a transparência da atuação desta Corte de Contas;
- Implantação de projeto interno intitulado Comunicação-Deliberação com o escopo de reduzir o estoque legado de processos aguardando comunicação processual para ciência dos acórdãos e das decisões. Do estoque legado de aproximadamente 700 processos, incluindo aqueles que aguardavam aprovações de atas desde 2011, restam 250 previstos para serem tratados até fevereiro de 2023;
- Reestruturação da equipe da Unidade de Ofícios e revisão dos fluxos de trabalho, com a simplificação dos modelos de ofícios e intimações, que proporcionaram presteza nas comunicações processuais e diminuição nos estoques de processos. Em 2019, foram expedidas, em média, 769 comunicações por mês; já em 2022, a média mensal é de 940 expedições;
- Reestruturação da equipe e das publicações em sede de juízo singular, com o advento da tese de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o prazo de decadência para apreciação da legalidade do ato de concessão de aposentadoria;
- Autuação de todo estoque legado de processos físicos de aposentadorias e pensões;
- Organização de força-tarefa interna na Processual que possibilitou a diminuição de estoque de processos de aposentadoria e pensão aguardando cadastro de trânsito em julgado. Para tanto, a Unidade de Cartório contou com a colaboração de servidores da Unidade de Redação, alcançando resultados expressivos: em 2019, foram cadastrados 2.347 processos; em 2022, o total atingiu 12.783.

Em paralelo a essas iniciativas, em conjunto com o Núcleo de Governança e Gestão (NGG) e o Escritório de Monitoramento de Processos e Projetos (EMPP), foi finalizado o mapeamento de fluxo dos processos na fase de pós-julgamento, no âmbito do Programa de Racionalização de Processos e Fluxos de Trabalho. Esse mapeamento aponta mais oportunidades de melhorias na gestão processual, com destaque para a adoção de novo modelo de acompanhamento dos processos no pós-julgamento,

Julgamento de processos por ano

Ano	Julgados
2019	110
2020	313
2021	420
2022	273

contribuindo para a conquista de maior efetividade dos julgados, em diretriz com as preocupações expressadas pela alta administração do TCMSP.

Gestão das Relações de Trabalho

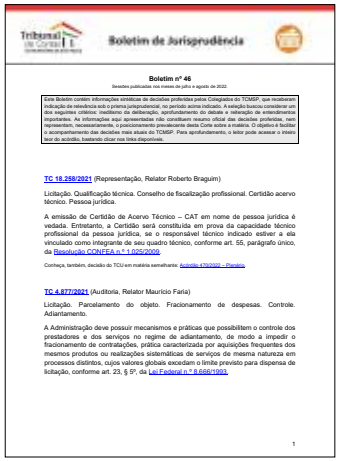
A gestão de pessoas do TCMSP é conduzida pela unidade Gestão das Relações de Trabalho (GRT), responsável pela gestão do comportamento organizacional do TCMSP, atuando como consultoria interna em gestão e desenvolvimento de pessoas.

Com a criação do Comitê Gestor e a implantação do planejamento estratégico, o estilo de gestão participativa vem se consolidando neste Tribunal, transformando a sua cultura organizacional e servindo de referência ao comportamento dos gestores e das equipes, o que confere a todos um senso de identidade.

A Gestão das Relações de Trabalho nesses cinco anos teve avanços significativos em diversos períodos, em especial, por ocasião da pandemia.

No período anterior à pandemia, destaca-se a realização dos Processos Seletivos Internos de Novos Servidores, para cargos de gestão e demais cargos, promovendo a alocação adequada ao perfil do servidor, assim como da Mentoria a Novos Gestores, permitindo abreviar o período de integração e adaptação à nova posição.

Durante a pandemia, ocorreu a divulgação semanal de cursos on-line gratuitos, levando em consideração o Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento (LND) e conteúdos relacionados às dificuldades do momento. Foram realizadas pesquisas com gestores e membros de equipe, objetivando diagnosticar dificuldades em relação ao teletrabalho, o que levou a propostas de inclusão digital, com a orientação para que servidores participassem de cursos on-line específicos.



Tribunal de Contas | Boletim de Jurisprudência

Boletim nº 46

Sessões publicadas nos meses de julho e agosto de 2022.

Este Boletim contém informações sintéticas de decisões proferidas pelos Colegiados do TCMSP, que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial, no período acima indicado. A seleção buscou considerar um dos seguintes critérios: inedtismo da deliberação, aprofundamento do debate e relevação de entendimentos importantes. As informações aqui apresentadas não constituem resumo oficial das decisões proferidas, nem representam, necessariamente, o posicionamento prevalecente desta Corte sobre a matéria. O objetivo é facilitar o acompanhamento das decisões mais atuais do TCMSP. Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor do acórdão, bastando clicar nos links disponíveis.

TC 18.258/2021 (Representação, Relator Roberto Braguim)

Licitação. Qualificação técnica. Conselho de fiscalização profissional. Certidão acervo técnico. Pessoa jurídica.

A emissão de Certidão de Acervo Técnico – CAT em nome de pessoa jurídica é vedada. Entretanto, a Certidão será constituída em prova da capacidade técnico profissional da pessoa jurídica, se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico, conforme art. 55, parágrafo único, da Resolução CONFEA n.º 1.025/2009.

Conheça, também, decisão do TCU em matéria semelhante: Acórdão 470/2022 – Plenário.

TC 4.877/2021 (Auditoria, Relator Maurício Faria)

Licitação. Parcelamento do objeto. Fracionamento de despesas. Controle. Adiantamento.

A Administração deve possuir mecanismos e práticas que possibilitem o controle dos prestadores e dos serviços no regime de adiantamento, de modo a impedir o fracionamento de contratações, prática caracterizada por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realizações sistemáticas de serviços de mesma natureza em processos distintos, cujos valores globais excedam o limite previsto para dispensa de licitação, conforme art. 23, § 5º, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

1

Boletim informativo aprimorado pelo Núcleo de Jurisprudência e Súmula

Ainda com relação à capacitação, foi desenvolvido o projeto de trilhas com a criação da Trilha de Capacitação em Tecnologia da Informação, seguida da Trilha do Projeto Integração Interáreas e da Trilha de Capacitação em Gestão de Pessoas, que objetivam capacitar e esclarecer dúvidas acerca de conteúdos técnicos e comportamentais por meio virtual.

Núcleo de Jurisprudência e Súmula

Com o objetivo de revestir a unidade de Jurisprudência com a formalidade necessária à sua existência jurídica, definindo sua organização e competências, foi editada a Resolução nº 04/2022, que cria o Núcleo de Jurisprudência e Súmula (NjuriS), responsável por organizar e sistematizar as decisões do Tribunal, a fim de assegurar à sociedade e a todos os interessados acesso rápido, organizado e confiável.

Visando conferir transparência, eficiência e objetividade às decisões desta Corte, foram desenvolvidos os seguintes projetos:

1. Aprimoramento dos *Boletins de Jurisprudência*, a fim de facilitar o acompanhamento das decisões e ampliar a capacidade de orientação aos

interessados, definindo um formato mais amigável, com inserção de novas informações e fontes de pesquisa, tornando-os mais robustos, modernos e adequados à realidade do TCMSP;

2. Visibilidade às decisões expressivas e debates mais aprofundados, ocorridos em sede de juízo cautelar, para que sejam catalogados e expressos num formato análogo ao das ementas, o que viabilizará o acesso às discussões e às decisões referendadas deste Tribunal nesse tipo de decisão (fase final de desenvolvimento);

3. Criação do projeto denominado Sistema de Jurisprudência, que prevê mudanças nos métodos de entrada e recuperação da informação, com o objetivo de desenvolver solução para tratar dados e indexar decisões. O cadastro das informações poderá referenciar leis, citar julgados e súmulas usados para fundamentação, além da organização de decisões por temas. O projeto prevê a implementação de um novo motor de busca denominado Elasticsearch, já utilizado pelo STF, que possibilita a redução no tempo de resposta e a apresentação de resultados organizados por relevância, com a aplicação de algoritmos de busca que consideram, no seu cálculo, a importância da decisão.

Por fim, vale registrar a previsão de início do projeto Jurisprudência Monitorada, estudo de viabilidade de solução tecnológica com aplicação de inteligência artificial no processamento de texto das decisões, o que permite a classificação por assuntos e a indicação de convergências ou divergências.

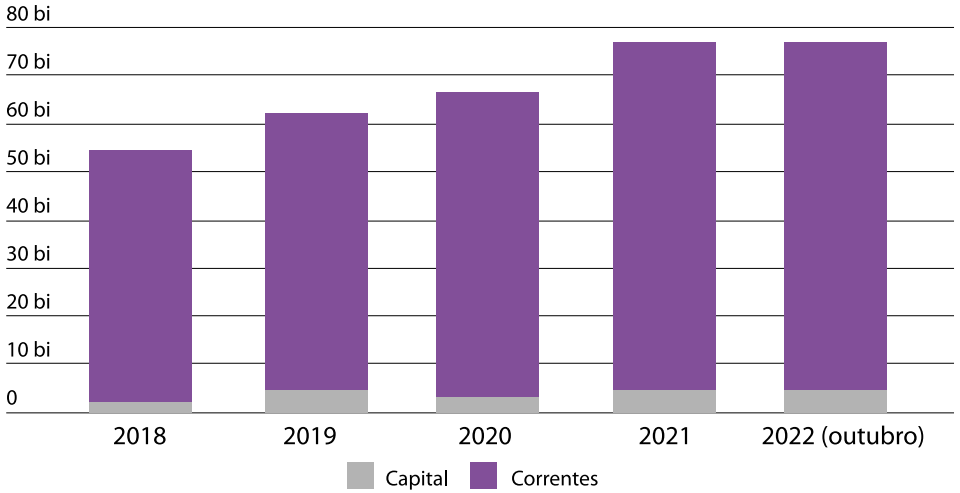
Unidade de Informações Estratégicas

Desde a sua formalização, em abril de 2021, a Unidade de Informações Estratégicas (UIE) tem visado a dois objetivos centrais: a obtenção de informações e a busca por entidades parceiras que permitam uma ação que realmente seja estratégica. Os resultados têm sido não apenas na celebração de acordos de cooperação, mas também no acesso a novos sistemas e a novas bases de dados.

A UIE negocia a celebração de acordos de cooperação com a Controladoria Geral da União (CGU) e a Controladoria Geral do Estado (CGE) e um novo acordo com o Ministério do Trabalho.

Tais ganhos só foram possíveis porque o TCMSP pode oferecer em contrapartida sistemas que despertaram o interesse das demais entidades, tais como o Átomo, que sempre foi elogiado por parceiros. Além disso, a UIE tem realizado diversos trabalhos com outras entidades, o que só foi possível em função das bases de dados que se dispunha e das funcionalidades do Átomo, do Diálogo e do Ariel, todos desenvolvidos pelo NTI/UTDS e pela UIE.

Evolução e composição das receitas municipais em 2022



Evolução e composição das receitas municipais em anos anteriores

A UIE tem ainda participado de fóruns com diversos órgãos de controle, como o Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Foccosp), a Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Infocontas) e a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla).

Uma das contribuições mais relevantes do TCMSP à sociedade é o sistema Iris, desenvolvido em 2018 pelo NTI/UTDS e pela UIE, que permite que o cidadão acompanhe as despesas do município em tempo real. São dados que abrangem desde questões do dia a dia, como a coleta de lixo, até temas mais complexos, como a dívida municipal. Ainda em 2022, o Iris passará a contar com módulos de licitações e contratos que ampliarão em muito as possibilidades de consulta de toda a sociedade.

Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação

A Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação (UTBD) atende aos servidores do Tribunal e aos professores e alunos da EGC, buscando satisfazer suas necessidades de informação com rapidez e eficiência.

Biblioteca

No período de 2018 a 2022, destacam-se as seguintes inovações:

1. ***Aquisição do software de gerenciamento de acervos Sophia***

Como este sistema possui mais recursos que o utilizado anteriormente, foi possível realizar novas atividades, como o empréstimo informatizado e a inclusão no banco de dados dos normativos do TCMSP (portarias, resoluções etc.) e das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) adquiridas anualmente, o que permite a consulta ao texto integral desses materiais de forma on-line.

2. ***Aquisição do módulo de Repositório Institucional***

Este novo módulo do Sophia permite reunir toda a produção técnico-científica dos servidores do Tribunal como vídeos, palestras, artigos, capítulo de livros, teses, conferências, os trabalhos de conclusão de curso (TCCs) dos alunos de pós-graduação da EGC e a Revista Simetria, facilitando o acesso, divulgando os autores e ampliando a visibilidade.

3. ***Curso on-line de capacitação para o uso do catálogo eletrônico da Biblioteca***

Foram promovidos dois cursos destinados aos servidores, com o objetivo de apresentar o catálogo para pesquisa de todo o acervo (livros, livros digitais, normas ABNT, TCCs, periódicos, artigos de periódicos, capítulos de livros e normativos do TCMSP).

4. ***Divulgação da legislação***

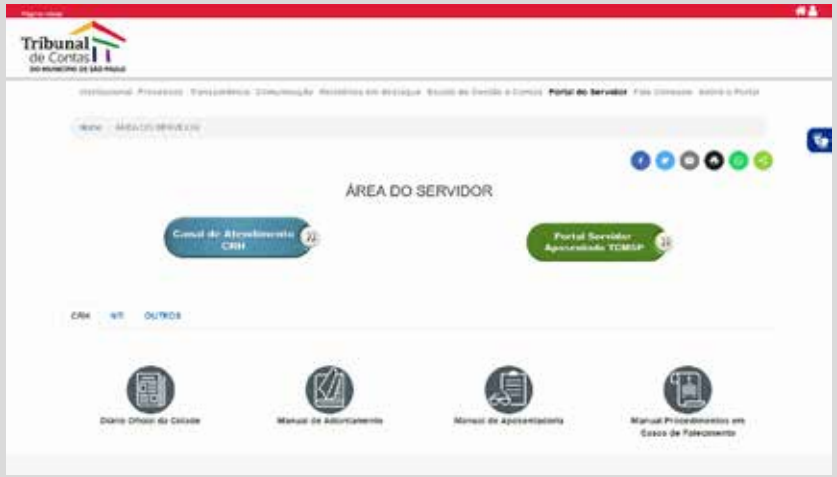
Resumo das publicações dos Diários Oficiais das esferas Municipal, Estadual e Federal, enviado diariamente por e-mail a todos os servidores do Tribunal.

A Secretaria Geral, assim como outras áreas do TCMSP, passou por profunda reestruturação e modernização, adotando a versão digital para processos e sessões plenárias virtuais

Subsecretaria Administrativa e estrutura administrativa: área-meio

A gestão de recursos humanos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo promove o gerenciamento das relações humanas na instituição, fomenta a construção de uma relação saudável, efetiva e produtiva entre todos os atores organizacionais, em consonância com as estratégias definidas pelo órgão. A Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH) é vinculada à Subsecretaria Administrativa (SA).

Ao longo dos últimos anos, a área de recursos humanos experimentou diversas melhorias, com destaque para a elevação da transparência e da integração e a modernização de processos, com uso de métodos e ferramentas de trabalho inovadores, o que contribuiu para uma gestão de recursos humanos mais humanizada e profissional.



Portal do Servidor

O processo de inovação e modernização na gestão de recursos ocorreu de maneira mais intensa ao longo dos últimos anos graças às diretrizes institucionais assumidas pela atual gestão, mas também ao valoroso legado transmitido por gestões passadas, as quais possuíam como características comuns à atual a ampla dedicação e a atenção a todos os colaboradores do órgão.

Entre tantas ações assumidas para a modernização da gestão de recursos humanos do Tribunal de Contas do Município nos últimos anos, destacam-se:

1. Informatização e automação de processos de trabalho

O referido ajuste viabilizou uma integração efetiva e automatizada dos processos de trabalho relacionados aos registros funcionais de todos os colaboradores do órgão com as rotinas de folha de pagamento, promovendo maior eficiência e agilidade no tratamento dos dados e informações;

2. Implantação do Portal do Servidor

A criação do Portal do Servidor inaugurou uma nova realidade à gestão de recursos humanos no TCMSP, pois viabilizou o acesso a ferramentas automatizadas e inteligentes, desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria de Recursos Humanos. Também conferiu maior facilidade na comunicação de assuntos relevantes entre os agentes institucionais, saneou o acesso a dados de relevante interesse dos gestores da administração, promoveu maior eficiência e agilidade a questões prioritárias e fomentou a otimização dos recursos públicos.

Entre as ferramentas criadas e disponibilizadas no Portal do Servidor Ativo, destacam-se:

- Demonstrativos de pagamento – holerites eletrônicos;
- Informes anuais de rendimento;
- Adicionais por tempo de serviço e evolução funcional;
- Recadastramento de ativos e automação na atualização da base de dados;
- Gestão de férias de servidores;
- Declaração de Bens e Valores.

3. Implantação do Portal do Servidor Inativo

Em face das características dos usuários, que não mais necessitam de acesso a todas as funcionalidades disponíveis no Portal do Servidor Ativo, um canal de comunicação específico foi criado com o objetivo de fomentar o contínuo aperfeiçoamento das relações com a instituição, no que tange à gestão de recursos humanos: o Portal do Servidor Inativo.

4. Sistema de controle de frequência, atividades presenciais e teletrabalho

Está em curso a estruturação do sistema de controle de frequência, atividades presenciais e teletrabalho, que contempla as novas regras instituídas em lei, sendo flexível e moderno. Com a regulamentação do regime do teletrabalho no âmbito do TCMSP, por meio da Resolução nº 16/2021, a maneira como os colaboradores passaram a desempenhar suas atividades laborais sofreu relevante alteração, gerando uma consequente necessidade de revisão de muitos procedimentos e rotinas de trabalho atinentes à gestão de recursos humanos.

Digitalização de prontuários dos servidores

Na esteira de todas as ações promovidas pela atual gestão para a modernização administrativa da instituição, a Coordenadoria de Recursos Humanos providenciou a digitalização de todos os documentos relativos ao registro de dados funcionais dos servidores do TCMSP.

Valorização dos servidores

Além das ações citadas, merecem reconhecimento os esforços da atual gestão para a valorização dos servidores do Tribunal, cujos frutos já foram colhidos por meio de autorizações legislativas e deliberações superiores e que contribuem de maneira relevante para uma gestão de recursos humanos efetiva, humanizada e integrativa, tais como:

- Concessão de benefícios a servidores (auxílio refeição, auxílio alimentação e auxílio saúde);
- Inclusão de servidores inativos como beneficiários para o auxílio saúde;
- Concessão de reajustes para os valores dos benefícios dos servidores;
- Valorização do abono anual instituído pela Lei nº 16.309/2015;
- Alteração da nomenclatura de cargos (Auditor de Controle Externo, Auxiliar Técnico de Controle Externo e Auxiliar de Apoio ao Controle Externo);
- Abertura de concurso público para provimento de cargos efetivos vagos.

Estrutura física

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo ocupa uma área total de 38.950m², compreendendo dez edificações que somam 16.147m² e um terreno sem edificações com 22.803m². Várias obras foram realizadas e outras encontram-se na fase de desenvolvimento do projeto:

1. Reforma do edifício da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

O edifício da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas apresentava necessidades de manutenção corretiva, pois foram detectados sinais de desgaste causados pela ação do tempo e pelo uso.

2. Projeto e obras de prevenção e combate a incêndio no edifício-sede e Anexos do TCMSP

A manutenção da segurança dos ambientes internos do TCMSP sempre foi uma preocupação assumida pela administração. Como resultado do esforço da atual gestão, o Corpo de Bombeiro do Estado de São Paulo expediu Auto de Vistoria que certifica que as instalações do TCMSP são seguras sob os aspectos que regulamentam a matéria.

3. Ações de combate à pandemia e protocolos de retomada das atividades

A realidade imposta pela pandemia de covid-19 apresentou à administração o desafio de desenvolver ações voltadas à garantia da saúde de todos os colaboradores do TCMSP, conciliando essas medidas com a necessidade de manutenção das atividades em patamar satisfatório.

4. Projetos arquitetônicos: ampliação do edifício Anexo II; e acessibilidade da Rua B

Encontra-se em andamento a elaboração de projeto arquitetônico que possibilitará a ampliação do edifício do Anexo II, com a construção de um andar acima do existente, para atender à demanda de espaço e adequação às atividades desenvolvidas. O projeto contempla as seguintes ações:

Edifício-sede

- Ampliação dos espaços do TCMSP, o que garantirá o melhor atendimento em unidades, tais como Ouvidoria, Controladoria Interna e Serviços de Saúde;
- Construção de um novo pavimento independente, sobre o existente no Anexo II;
- Desenvolvimento de layouts que permitam melhor desempenho das atividades dos diversos setores e proporcionem maior conforto aos usuários;
- Criação da Praça de Atendimento ao Cidadão, para proporcionar maior integração entre a instituição e a sociedade;
- Reforma geral do andar térreo.

Além dessa frente, há outra intervenção em curso que busca melhorar a acessibilidade das ruas internas do TCMSP, com foco específico para o trânsito de pedestres que circulam na Rua B (entre a portaria B e o edifício da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas).

5. Obras de acessibilidade

As Normas ABNT – NBR 9050 demandavam serviços e obras de reforma predial para adequação às condições de acessibilidade, que foram iniciadas em outubro de 2017, durante a Presidência do conselheiro Roberto Braguim, e concluídas em março de 2018.

Com a finalização das obras de acessibilidade, os trabalhos foram apresentados e aprovados pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED/Comissão de Acessibilidade), o que permitiu a obtenção, em julho de 2018, do Selo de Acessibilidade.

Gestão de Contratos e Ajustes Afins

A gestão de contratos e ajustes afins é exercida por equipe técnica especializada, com as seguintes atribuições: elaboração de minutas de contratos; controle de vigências, das garantias, dos pagamentos e dos saldos contratuais; cálculos dos reajustes, multas e apostilamentos; controle das certidões fiscais e cadastro das publicações no Diário Oficial da Cidade.

A decisão de incentivar a implantação do Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) mostrou-se acertada, pois consolidou uma ferramenta de trabalho pautada em base de dados bem estruturada, perfeitamente assimilada pelas instâncias competentes da instituição, para integrações com outros sistemas de gestão organizacional.

A atual gestão assumiu com responsabilidade o legado recebido, valorizando ações que permitiram a manutenção das conquistas.

Subsecretaria de Controle Externo: auditoria, pandemia, ações e resultados

RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTRAPLANO

1. ORDEM DE SERVIÇO

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1. Objeto

2.2. Objetivo

2.3. Área auditada

Secretaria Municipal de Educação (SME)

2.4. Período de realização

Em 2020, com o advento da pandemia do coronavírus e a edição do Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declarava emergência no município de São Paulo, o TCMSP precisou ajustar seu planejamento de fiscalizações para atuar de forma efetiva em relação às ações da administração pública municipal no enfrentamento à covid-19.

Externamente, foi criada a Câmara de Integração Institucional, pelo Decreto nº 59.313, de 27 de março de 2020, que reunia a Prefeitura de São Paulo (PMSP), a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, com o objetivo de agregar os representantes dos poderes constituídos e os do órgão de controle externo, no sentido de minimizar os impactos decorrentes da emergência e do estado de calamidade pública resultantes da pandemia provocada pela covid-19.

Internamente, entre as medidas adotadas, foi constituído o Grupo Especial de Acompanhamento das Medidas de Combate e de Enfrentamento à Covid-19 e seus Efeitos, formado por servidores de diversas áreas do TCMSP, incluindo a Secretaria Geral (SG), a Subsecretaria de Controle Externo (SCE), a Assessoria Jurídica de Controle Externo (AJCE), o Controle Interno e os Gabinetes dos Conselheiros (Portaria nº 144/2020, alterada pela Portaria nº 165/2020). A Portaria nº 144/2020 instituiu ainda a Relatoria Especial de Medidas de Combate à Covid-19, a ser exercida pelo conselheiro-presidente do TCMSP (alterada pela Portaria nº 148/2020).

Além disso, foram desenvolvidos trabalhos de fiscalização voltados às medidas adotadas pela administração pública municipal no enfrentamento à pandemia. A seguir, estão detalhadas as atividades dos grupos de trabalho e das fiscalizações realizadas.

Fiscalizações realizadas no âmbito da pandemia do novo coronavírus

1. Ciclo da análise das estratégias educacionais disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) para assegurar a aprendizagem de bebês, crianças, jovens e adultos matriculados na rede municipal de São Paulo, durante o período de suspensão do atendimento presencial.

2. Relatório de Auditoria do Tribunal sobre Edital de Chamamento Público nº 003/2020, que teve por objeto a contratação de interessados para a prestação de serviços de apoio diagnóstico laboratorial de análises clínicas (testes de biologia molecular).

Cabe ressaltar que, além dessas mencionadas, as equipes da SCE trabalharam em inúmeras tarefas de fiscalização relacionadas à covid-19 (representações, análises, acompanhamentos de edital, denúncias etc.).

Atuação do Grupo Especial de Acompanhamento das Medidas de Combate e de Enfrentamento à Covid-19

Considerando a necessidade de se promover o acompanhamento e a análise estratégica das ações promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no combate à covid-19, notadamente quanto à evolução das receitas e despesas públicas por força dessas ações e de demais consequências diretas e indiretas da pandemia, foram criados outros dois grupos por meio da Portaria 185/2020, cada um com atribuições específicas: o Grupo Técnico de Análise das Ações Promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no Combate à Covid-19 e o Grupo Técnico de Acompanhamento de Receitas e Despesas Orçamentárias.

Inauguração do drive-thru *de vacinação*

Grupo Técnico de Análise das Ações Promovidas pela Prefeitura do Município de São Paulo no Combate à Covid-19:

Acompanhamento e resumo das melhores práticas adotadas por outros Tribunais de Contas durante a pandemia; elaboração de informes relativos às alterações legislativas relacionadas ao combate da pandemia que podem ser úteis para o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e para as Secretarias da PMSP; consulta às Coordenadorias da Subsecretaria de Fiscalização e Controle (SFC) – atual Subsecretaria de Controle Externo –, mediante questionário específico, sobre perspectivas e sugestões de novas auditorias a serem realizadas, em conformidade com o apreendido em fiscalizações atualmente em curso; subsídio à SCE com informações sobre situações de risco e sobre indícios de irregularidades identificados em fiscalizações realizadas em outras unidades da federação, resumindo-se os apontamentos de auditoria, com atenção para a sazonalidade das contratações; sugestão de diretrizes e de critérios para subsidiar a SCE no planejamento e na execução das fiscalizações decorrentes do combate à pandemia; identificação de aspectos importantes das alterações legislativas atuais para as fiscalizações do TCMSP e possíveis medidas necessárias para subsidiar a atuação de SCE; atuação colaborativa junto a demais órgãos de controle. O grupo trabalhou em diversas frentes durante o ano de 2020, ressaltadas as seguintes:

Vacinação contra a covid-19

Reunião sobre a pandemia na Prefeitura de São Paulo

1. **Levantamento de dados junto à SMS:** número de testes para identificação do SARS-CoV 2 disponíveis no serviço público de saúde do Município de São Paulo; montante de recursos financeiros do município dirigidos para o combate a esta epidemia; número de leitos em Unidades de Terapia Intensiva na rede pública de saúde do município existentes à época e já ocupados, bem como quantos seriam necessários para os três meses seguintes; número de ventiladores pulmonares na rede pública de saúde do município existentes à época, já ocupados e quantos seriam necessários para os três meses seguintes; número de equipamentos de proteção para profissionais de saúde da rede pública de saúde do município existentes à época e quantos seriam necessários para os três meses seguintes; quantidade de vacinas contra a gripe disponíveis na rede pública de saúde do município; tempo médio de internação em uma Unidade de Terapia Intensiva em razão da doença; número de casos suspeitos e de óbitos em razão da doença na rede pública de saúde do município.

   A Subsecretaria do Tesouro Municipal, Subsecretaria da Receita Municipal e a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal responderam ao relatório encaminhado pelo grupo especial com questões sobre diferimento ou redução de tributos, investimentos com recursos livres, contrato de refinanciamento com a União, precatórios, Fundo dos Procuradores Municipais, recursos excedentes da Operação Urbana Faria Lima, medidas anticíclicas e equilíbrio fiscal, e transparência dos gastos relacionados à covid-19.

   Foi enviada proposta para revisão das atividades de fiscalização previstas no Plano Anual de Fiscalização (PAF) 2020, visando o direcionamento de recursos para a atuação mais tempestiva em temas relacionados à pandemia.

   O grupo especial apresentou neste documento o estudo com proposta para a criação de painéis de acompanhamento de preços praticados no município de São Paulo, com ênfase naqueles relacionados a compras decorrentes do combate ao coronavírus.

   Ainda em 2020, foram apresentados os seguintes documentos: Modelo de Relatório de Análise de Contratações Emergenciais com item Checklist da Legislação Federal e Municipal publicada no Estado de Calamidade Pública; Modelo de Relatório de Acompanhamento ou Inspeção com item Checklist das Medidas Excepcionais impostas pela legislação e por decretos municipais; e Seleção da Legislação e das Regulamentações Federal e Municipal, que o grupo entendeu serem minimamente essenciais para o trabalho de fiscalização do TCMSP.

2. ***Desenvolvimento e implantação do hotsite da covid-19 no portal do TCMSP***, contendo informações sobre a atuação do TCMSP durante a pandemia (fiscalizações, medidas administrativas, notas técnicas etc.), notícias, boletins com informações sobre a pandemia no Brasil e no mundo e dados de legislações publicadas, controle

Hotsite covid-19

de gastos emergenciais, agenda de eventos que abordam temas relacionados à pandemia, painel com informações sobre iniciativas do controle externo no país, entre outros.

3. ***Elaboração do relatório com a síntese das análises e sugestões feitas pelo Grupo Especial de Acompanhamento das Medidas de Combate à Covid-19***, organizado pelo Tribunal assim que a pandemia e suas consequências alcançaram o município. O documento foi encaminhado à Prefeitura, à Câmara Municipal e a diversos órgãos de controle externo do país, como os Tribunais de Contas e a Atricon, dentre outras instituições e autoridades públicas.

Grupo Técnico de Acompanhamento de Receitas e Despesas Orçamentárias, do qual destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas à época:

- Elaboração de seis notas técnicas em 2020, com a finalidade de estimar, em cada mês de referência, a situação de liquidez do Tesouro Municipal que haveria ao final do exercício de 2020, à luz da queda de arrecadação e do aumento de despesas, notadamente com saúde, em razão da pandemia;
- Orientações aos gestores, sob a forma de relatórios, cartilhas, cursos e manuais, com a apresentação de sugestões, com amparo técnico de fiscalizações em curso ou já realizadas;
- Fomento à colaboração social com a indicação de iniciativas e ações referentes ao combate à pandemia, como a Revista da CGU, que divulgou nota em que "convida a comunidade acadêmica a submeter contribuições para o dossiê especial *Accountability e Controle em Contexto de Pandemia*";
- Divulgação de *checklist* para realização de contratações emergenciais no âmbito da pandemia;
- Aperfeiçoamento e adaptação de ferramentas de informática no acompanhamento das contratações, mediante diálogo com a PMSP, para aprimoramento da categorização de compras públicas relacionadas à covid-19, de forma a permitir a melhoria das ferramentas de leitura e sistematização de compras públicas (Átomo-Radar) e a criação de filtros adicionais à plataforma Iris;
- Criação de painéis para acompanhamento de preços;
- Relatórios com avaliação geral concomitante, inclusive operacional, das ações tomadas pelo governo a respeito do combate da pandemia;
- Revisão, atualização e aprimoramento dos Planos de Fiscalização, das Matrizes de Planejamento das Auditorias e dos Planos Estratégicos dos órgãos de controle.

Reestruturação da SCE

A Subsecretaria de Controle Externo, nos termos do art. 40, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, possui autonomia para se organizar e estabelecer as atribuições de cada uma das oito coordenadorias. Assim, a SCE está constantemente avaliando a dinâmica dos procedimentos internos, e, principalmente, as mudanças e tendências da Prefeitura Municipal de São Paulo, considerando, também, a experiência de outras Cortes de Contas.

Nesse sentido planejou uma reestruturação a ser implementada em janeiro de 2023, que concentrará fiscalizações relacionadas a desestatizações em uma única coordenadoria. Além disso, outras coordenadorias concentrarão temas, independentemente da entidade responsável: obras e pavimentação, gestão de pessoal e tecnologia da informação. Esta mudança na estrutura interna da SCE visa à concentração e ao aperfeiçoamento da capacidade e do conhecimento técnico nas unidades, resultando em fiscalizações de maior qualidade.

Aprimoramento de processos

Ao longo dos últimos anos, a SCE vem aprimorando as fiscalizações por meio da implementação de novos procedimentos, que buscam aderência às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), publicadas nos anos de 2015, 2017 e 2019, em seus três níveis.

Esse processo demandou estudos aprofundados, incluindo a elaboração de manuais internos e a propositura de alterações de normativos institucionais. E, tão importante quanto a documentação, estão a capacitação e o treinamento dos auditores, de forma a assegurar que os novos procedimentos sejam aplicados adequadamente.

Apesar desse processo de melhoria ainda estar em andamento, já é notável o aumento na qualidade dos produtos da SCE, como pode ser constatado na evolução dos indicadores do MMD-TC relacionados à auditoria do ciclo 2017 para o ciclo 2022.

Com o objetivo de estabelecer uma sistemática que assegurasse que os auditores estivessem permanentemente capacitados e atualizados em termos de conhecimento, a SCE desenvolveu o Programa de Formação Continuada dos Auditores (PFCA), que, resumidamente, consiste na disponibilização de trilhas de aprendizagem temáticas e na regulamentação a respeito de parâmetros de carga horária e prazos a serem observados por todos os auditores que atuam na área finalística do TCMSP.

Diversos projetos, finalizados ou em andamento, têm contribuído para uma atuação mais eficiente, eficaz e efetiva, como é o caso da Asseguração da Qualidade das Fiscalizações (AQF), Análise das Prestações de Contas do Terceiro Setor, Matriz de Responsabilização e Quantificação de Benefícios.

Acompanhando a transformação digital e a revolução tecnológica, novas soluções estão sendo desenvolvidas: Sistema de Auditoria (Sisaud) e Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensão. Além disso, está previsto o desenvolvimento do Sistema de Atos de Admissão. Essas novas ferramentas, por incorporarem os preceitos das normas de auditoria, além de tornarem o trabalho mais ágil, trarão maior segurança quanto ao atendimento dos requisitos regulamentares.

Em parceria com a GRT, a SCE passou a adotar técnicas, ferramentas e procedimentos para uma boa gestão de pessoas, inclusive para a identificação de servidores aptos a assumirem funções de chefia.

Obra de construção de ciclovia

Em um cenário em que diversas gerações convivem, por muitos anos seguidos, típico de órgãos públicos, é fundamental garantir um ambiente agregador, cabendo aos gestores um papel essencial para manter a equipe motivada e harmônica. Por meio de consultorias individuais e capacitações, promovidas pela GRT, as chefias estão em constante desenvolvimento e a SCE segue em busca do objetivo maior da gestão de pessoas: colocar a pessoa certa no lugar certo, conciliando os interesses do servidor e do órgão.

Ensaios tecnológicos

A partir de 2015, com a contribuição decisiva do conselheiro Domingos Dissei, o TCMSP passou a adotar a realização de ensaios tecnológicos em obras e serviços contratados pela Prefeitura paulistana, para verificar se os trabalhos executados pela administração pública estão sendo feitos conforme o que foi contratado e pago.

Os ensaios podem ser realizados em diversas situações, como, por exemplo, por meio da coleta de material em pavimento de concreto em pontos de uma ciclovia. Nesses locais, são extraídos elementos para identificar a natureza, qualidade e espessuras das camadas utilizadas na pista, além da verificação de outros aspectos técnicos.

A iniciativa tem por objetivo permitir que as equipes de auditoria consigam verificar a correta aplicação de normas técnicas, garantindo que os serviços e produtos contratados tenham a necessária segurança e durabilidade previstas no contrato.

Os ensaios tecnológicos são considerados ferramenta eficiente para que os técnicos do Tribunal possam aferir, por meio de análises qualitativa e quantitativa em estruturas de concreto e pavimentos asfálticos, a qualidade dos materiais e os métodos construtivos utilizados.

O Tribunal também se valeu dos ensaios tecnológicos para verificar a qualidade dos uniformes escolares distribuídos aos alunos da rede pública pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Educação.

Análises laboratoriais no Ital - Instituto de Tecnologia de Alimentos

Uniforme escolar

Visita às Escolas

O TCMSP realizou, em 2018 e 2019, o Programa de Visita às Escolas, com destaque para a atuação do conselheiro Domingos Dissei, então relator da Função de Governo Educação. Foram realizados levantamentos que mapearam os aspectos estruturais, administrativos e pedagógicos das escolas de ensino fundamental da rede paulistana. Os indicadores presentes nos relatórios auxiliaram a administração pública no planejamento e na gestão de políticas públicas na área da Educação.

Entre os itens analisados estavam a organização dos espaços nas escolas (observação da existência de locais para a prática esportiva e laboratórios de ciências, previstos no Plano Municipal de Educação), equipe gestora e administrativa (quantitativo, qualificação, motivação, cargos e rendimentos), corpo docente (formação, condições de trabalho e plano de carreira) e problemas estruturais das unidades de ensino (conservação predial, limpeza, acessibilidade, segurança, mobiliário, condições de banheiros, cozinha e refeitórios).

Os auditores também observaram a regularidade do recebimento das verbas municipais e federais encaminhadas diretamente às escolas e verificaram a efetividade da entrega do material escolar e da merenda, além do uso dos uniformes distribuídos. Aspectos pedagógicos e de inclusão mereceram destaques nos relatórios de fiscalização.

Qlik, R, métodos quantitativos, análise de dados

Em um mundo cada vez mais digital, com a quantidade de informações disponíveis crescendo exponencialmente, a SCE foi em busca de soluções para análise de dados. Promoveu oficinas internas sobre métodos quantitativos e criou um grupo de auditores para ser ponto focal no tema, auxiliando e orientando as coordenadorias.

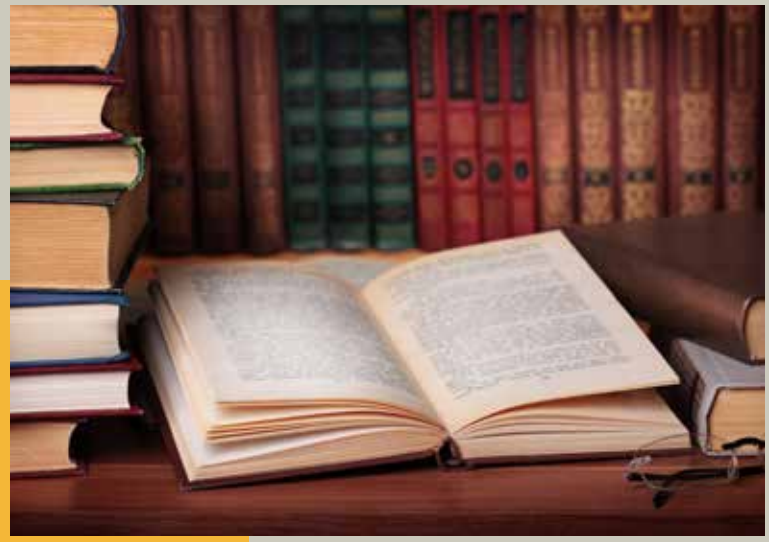
Em 2018, propôs a aquisição da ferramenta Qlik e tem realizado cursos especializados para aquisição de conhecimento em ciência de dados como, por exemplo, na ferramenta R.

Alguns exemplos de utilização recente destas ferramentas: apoio à Câmara Municipal na CPI dos Aplicativos e Análises sobre Dados do Sistema de Transporte Coletivo.

Em 2019, com uma forte influência do subsecretário da então Subsecretaria de Fiscalização e Controle (atual Subsecretaria de Controle Externo), Livio Fornazieri, secretários de Controle Externo de diversos Tribunais de Contas do Brasil estabeleceram um canal de comunicação para a troca contínua de experiência. Desde então, são realizadas reuniões periódicas com debates afetos a procedimentos de auditoria e controle externo, bem como o compartilhamento de boas práticas. A troca de experiências contribuiu significativamente para a implementação de melhorias, como é o caso do projeto coordenado pela SCE sobre seletividade das ações de controle, que está em andamento e já produziu resultados com a matriz de seleção de temas prioritários para os Planos Anuais de Fiscalização (PAF).

Programa de Visita às Escolas

O aprendizado com outros órgãos também tem origem em inúmeras parcerias firmadas nos últimos anos, das quais destacam-se a Rede Integrar, a Rede Indicon, o Cruzamento de bases de dados de folhas de pagamento, o Pacto Nacional pela Primeira Infância, entre outros.



Assessoria Jurídica de Controle Externo

A Assessoria Jurídica de Controle Externo (AJCE) atende a suas finalidades institucionais por meio da elaboração de pareceres, de estudos e de manifestações a respeito de processos e de temáticas jurídicas que lhe são submetidas, em regra, pelos conselheiros relatores, também sendo provocada, *inter alia*, pelo secretário Geral e pelos subsecretários deste Tribunal de Contas.

Além disso, o assessoramento provido não se restringe ao viés de controle externo *stricto sensu*, abrangendo também manifestações de natureza *interna corporis*, em apoio à atividade administrativa realizada por este TCMSP.

Uma das principais temáticas administrativas que demandou atuação da AJCE nos últimos cinco anos foi aquela relacionada ao regime jurídico dos servidores públicos, que abrangeu manifestações sobre: aspectos remuneratórios; férias; gratificações; permanência; carga horária e regime de trabalho e de teletrabalho; benefícios; estágio.

Nesse sentido, de grande relevância para os servidores desta Corte de Contas foram os estudos realizados em relação à Gratificação de Incentivo à Especialização e Produtividade (Giep), resultantes na Resolução nº 22/2018, que passou a possibilitar o pagamento da gratificação, na hipótese de servidor que retornar de afastamento para o exercício de atividades exercidas quando de sua última avaliação, como também na Resolução nº 14/2021 e na Ordem Interna nº 11/2021, relativas à possibilidade de se exercer opção pela contribuição social incidente sobre a Giep, de forma a permitir a sua inclusão nos proventos, de acordo com a legislação pertinente.

O instituto da permanência, tema sensível para a gestão de pessoal nesta Corte de Contas, também foi objeto de estudos pela AJCE, em face das alterações à Constituição Federal promovidas pela EC 103/2019, resultando no parecer constante do eTCM 15209/2021, aprovado por decisão administrativa de 7 de julho de 2022, que garante a manutenção do referido instituto no âmbito desta Corte.

Dentre uma série de consequências decorrentes da instituição do teletrabalho emergencial, demandou-se o estudo pela Assessoria Jurídica a respeito da possibilidade de concessão de auxílio-refeição aos servidores desta Corte, durante o período de teletrabalho, que resultou na edição da Ordem Interna nº 08/2020, que regulamenta a concessão do benefício no âmbito deste Tribunal.

Destacam-se, ainda, as atividades da AJCE na intervenção relativa à fruição de férias, que resultou na Ordem Interna nº 05/2021, que regulamenta o monitoramento da fruição de férias vencidas e acumuladas estabelecido na Ordem Interna SG/GAB nº 04/2020.

Os aspectos relacionados à admissão de pessoal também foram objeto de análise da AJCE, notadamente por ocasião da celebração de contrato para a realização de concurso público para provimento de cargos. Assessores da AJCE participaram da Comissão do Concurso.

A AJCE não se limita a prestar consultoria jurídica em assuntos relacionados ao controle externo, mas cuida também de questões internas, como regime de trabalho dos servidores, entre outros

Como subtópico do regime do servidor público, a matéria previdenciária foi objeto de aprofundados estudos, não apenas por conta de recentes inovações constitucionais e legislativas, mas também em decorrência de decisões judiciais concretas, em prol dos servidores desta Corte de Contas.

Nesse sentido, a Assessoria Jurídica tem participado dos seguintes Grupos de Estudos e Grupos de Trabalho a respeito do tema, desde 2018:

1. Comissão de Avaliação e Estudos Previdenciários (Caep), instituída pela Portaria 350, de 14.06.17, alterada pela Portaria 112, de 9 de março de 2018, com a finalidade de acompanhar as discussões e normatizações sobre a questão previdenciária, inclusive no que concerne às alterações que vierem a ser introduzidas pela PEC 287/16 e pelo Projeto de Lei Municipal 621/16, que resultou na Lei nº 17.020/2018. O trabalho da Comissão resultou em elaboração de relatório que teve repercussão inclusive na imprensa.

2. Grupo de Estudos constituído pela Portaria 524/2021, em atenção à solicitação dos vereadores Juliana Cardoso e Toninho Vespoli, com o objetivo de análise, levantamento de dados, pesquisa, estudo e produção de relatório para encaminhamento à Câmara Municipal sobre o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 07/2021 que resultou na Emenda nº 41/2021 à Lei Orgânica do Município de São Paulo, que estabelece regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo;

3. Portaria Conjunta – Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (Iprem), Secretaria Municipal de Gestão (SMG) e Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) nº 31/2022, constituindo o Grupo de Trabalho (GTPrev)

para estudos, implementação e operacionalização da Emenda nº 41/2021 à Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOMSP) e dos Decretos Municipais nº 61.150/2022 e nº 61.151/2022 que a regulamentam. O objeto do GTPrev é avaliar a necessidade de aprimorar os processos de trabalhos, bem como estudar a viabilidade, a implementação e a operacionalização das regras e diretrizes para a concessão dos benefícios e gerenciamento dos Fundos criados.

Nos últimos cinco anos, a estrutura organizacional do TCMSP sofreu notáveis modernizações, seja pela elaboração de novos normativos ou pela revisão das atribuições das distintas unidades que integram esta Corte de Contas.

Ao longo de 2021, a AJCE participou ativamente de grupo de estudos referente à possibilidade de criação de novas carreiras no âmbito da composição do Tribunal Pleno, seja mediante o alargamento no quantitativo de integrantes, ou por meio da criação de carreiras técnicas específicas – como Auditor Substituto e Procurador de Contas, ou equivalente. No início daquele ano, o julgamento da ADPF 272, que foi acompanhado pela AJCE, ensejou a criação de referido grupo, por meio do qual se constatou que, juridicamente, não haveria óbices à modificação da composição do Colegiado.

Relevante apontar que, como resultado indireto do referido grupo de estudos, sobreveio a proposta de promoção de reforma administrativa no âmbito desta Corte de Contas.

Quanto à temática dos normativos, a AJCE apresentou colaborações de distintas formas: (i) ora participando de grupos específicos, que tinham por finalidade a discussão e a propositura de minutas de resoluções, como é o caso das novas auditorias, que resultou nas resoluções sobre auditorias operacionais e transversais e sobre os relatórios de funções de governo; (ii) ora atendendo a demandas específicas para a propositura de minutas de textos normativos, como no caso das Mesas Técnicas disciplinadas pela Resolução nº 02/20; (iii) ora apresentando considerações a respeito de minutas elaboradas em outras instâncias, ou que estivessem pendentes de modernização, como em relação às Instruções nº 01/85.

No âmbito da tramitação e do julgamento dos processos, a AJCE participou ativamente das iniciativas que resultaram: (i) no estabelecimento de julgamento virtual e por meio de blocos e de listas; (ii) na definição dos ritos, como estabelecido na Resolução nº 18/19; e (iii) na positivação da estrutura regulamentar das Mesas Técnicas, acima referida.

Além disso, importa destacar que o acompanhamento constante das discussões jurídicas contemporâneas ensejou a elaboração de estudos sobre a temática prescricional aplicada ao controle externo e, mais recentemente, a criação de grupo de estudos, sob a coordenadoria da AJCE, que tem por meta a apresentação de minuta de Resolução ao Tribunal Pleno.

A AJCE também contribuiu para reorganizações havidas na estrutura do TCMSP, como no estabelecimento de efetiva autonomia administrativa ao setor de Jurisprudência – que, até então, estava administrativamente subordinada à AJCE – e na criação do Núcleo de Governança e Gestão (NGG) e da Unidade de Informações Estratégicas (UIE).

Além disso, a AJCE apresentou propostas de aperfeiçoamento de suas atribuições, tal como ora previstas no Regulamento Interno da Secretaria Geral (SG). Referidas propostas, que foram incorporadas em projeto amplo de revisão da estrutura de SG e da tramitação dos processos de controle externo (Programa de Celeridade Processual), estão em conformidade com a crescente priorização às manifestações sobre matérias complexas, que vêm sendo apresentadas à AJCE.

Salienta-se que a AJCE tem expressiva contribuição às contratações realizadas pelo TCMSP, exigindo-se da Unidade a apresentação de parecer a respeito dos editais de licitação e das minutas de contrato, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Além disso, assessores da AJCE têm sido designados para participarem das Comissões Permanentes de Licitação ou para a equipe de apoio do Pregoeiro desta Corte de Contas.

Quanto à pandemia, é de se indicar que a AJCE esteve sujeita a dificuldades e a desafios relacionados, em um primeiro momento, à reorganização da forma de trabalho dos assessores e, em seguida, à aferição de produtividade dos servidores. Além da organização de escala de férias (muitas vezes, compulsórias), foi dado início, ainda em 2020, ao desenvolvimento de ferramentas de análise de métricas de produtividade, as quais foram posteriormente apresentadas, por exemplo, à SG.

À AJCE foi possível estabelecer regime flexível de teletrabalho, com distintos esquemas de trabalho presencial e remoto – 4 x 1, 3 x 2, 2 x 3. Verifica-se que essa flexibilidade tem impactado positivamente em relação à produtividade da área.

Ainda no aspecto estrutural de sua atuação, importa salientar a responsabilidade pelo acompanhamento de diversos processos judiciais que têm a Corte de Contas como interessada ou como integrante da lide.

Além das discussões concretas em sede de mandado de segurança, a AJCE tem apresentado estudos e formulado intervenções processuais nas ações de controle concentrado que podem impactar as atribuições e as prerrogativas da Corte de Contas, como nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 476 e 3446, em relação às quais foram opostos Embargos de Declaração em 2020.

Ao longo dos últimos cinco anos, a AJCE contribuiu intensamente para a modernização dos processos internos deste Tribunal de Contas, destacando-se a efetiva participação na normatização e na operacionalização do sistema eletrônico de processos (eTCM).

Nesse sentido, destaca-se a participação no Grupo de Estudos constituído pela Portaria 243/2022, cujo objetivo é apresentar minuta de resolução com disposições a serem observadas pelos órgãos jurisdicionados e os procedimentos a serem adotados neste Tribunal, quanto ao não retorno dos processos de aposentadorias e pensões encaminhados por solicitação da Unidade Técnica de Aposentadorias e Pensões (UTAP), requerendo informações complementares ou para que sejam providenciados acertos pelas respectivas unidades de recursos humanos dos órgãos jurisdicionados.

A medida é extremamente necessária para fins de possibilitar ao TCMSP o exercício de sua função constitucional relativa à apreciação da regularidade dos atos de concessão de aposentadoria e pensão de servidores públicos, mostrando-se ainda mais necessária tendo em vista a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário nº 636.553/RS (tema 445) acerca do prazo para análise pelos Tribunais de Contas dos atos de concessão de aposentadoria, pensão e reforma, fixado em cinco anos, contados da data do ingresso desses processos nos tribunais, o registro é feito tacitamente decorrido esse prazo.

Os trabalhos do Grupo estão em fase de análise final e aprovação das minutas, para encaminhamento.

Além disso, inovações legislativas com impactos diretos sobre a Corte de Contas foram objeto de atenção, como em relação à Lei Geral de Proteção de Dados, objeto de Projeto específico, cujo produto consistiu na apresentação de Relatório de Desenvolvimento do Estudo de Impacto da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei Nº 13.709/18 (eTCM 7504/2020), do qual resultaram substanciais elementos para a efetiva proteção de dados no âmbito do Tribunal.

Dá-se destaque para a elaboração do Data Flow Map, realizado pelo grupo de estudo gerenciado pela AJCE, que viabilizou o reconhecimento e o mapeamento da circulação, do tratamento e do acesso a dados pessoais nas diferentes áreas do Tribunal. Além disso, foi resultado do referido projeto a elaboração de Portaria de nomeação da Encarregada de Dados e da Equipe de Apoio pelo Tratamento de Dados Pessoais do TCMSP.

Em 2019, teve início outro grupo de estudo de extrema relevância, que contou com a participação da AJCE. Trata-se do grupo instituído pela Portaria nº 552/2019, que teve como finalidade a formulação de proposta de entendimento e de normatização para atendimento da legislação eleitoral quanto à relação de pessoas que tiveram suas contas rejeitadas por irregularidade insanável, o que possui relação direta com a certidão atualmente emitida no site do Tribunal na internet. Como resultado do Grupo de Estudo sobreveio a Resolução nº 08/2020, que estabelece os procedimentos para envio da relação de responsáveis que tiveram as contas julgadas irregulares à Justiça Eleitoral e dá outras providências.

Desde 2018, por conta de inovações legislativas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a AJCE vem colaborando para a difusão interna do normativo, mediante a elaboração de estudos (como a análise inicial da LINDB e a avaliação sobre a insubsistência do princípio da subsidiariedade como regra nos processos de controle externo) e a participação em eventos (realização conjunta de seminário com a Subsecretaria de Controle Externo, para a apresentação da nova lei).

Mais recentemente, em 2021, o advento da Nova Lei de Licitações (NLL) também provocou atitudes da AJCE em prol da difusão interna do normativo. Primeiramente, por meio de estudo preliminar sobre a eficácia da lei, considerando-se a existência de diversas referências a regulamentos; além disso, foi provocada a constituição de grupo de estudos a respeito da disciplina das medidas cautelares adotadas pelos Tribunais de Contas, com a frequente participação de convidados externos nas reuniões; finalmente, foram realizadas reuniões de equipe (Breves Relatos) que contaram com a participação de servidores lotados na SG, para a discussão quinzenal sobre algum tópico inovador da NLL.

Aliás, os Breves Relatos representam importante iniciativa de homogeneização de assuntos entre os assessores da área, tratando-se de reuniões periódicas realizadas pela equipe para a discussão de temática jurídica específica. Ainda em 2019, a AJCE pôde receber auditores lotados na Coordenadoria V, para apresentarem aspectos importantes sobre o controle externo das concessões, pela ótica econômica, debatendo-se o instituto da Taxa Interna de Retorno (TIR).

A AJCE foi responsável pelo Programa de Acordos Administrativos, previsto no Plano Estratégico 2020-2021, abrangendo os projetos de normatização dos acordos de leniência e de Termos de Ajustamento de Gestão (TAG) no âmbito desta Corte de Contas. Além da realização de reuniões de trabalho entre os integrantes dos dois grupos de estudos, é de se destacar que foram realizadas diversas reuniões com a participação de servidores de outros Tribunais de Contas, que puderam compartilhar a experiência deles em relação a essas temáticas. Os acordos de leniência foram disciplinados pela Resolução nº 10/22, enquanto o normativo de TAG aguarda a deliberação do Tribunal Pleno.

Em relação às súmulas de jurisprudência, a AJCE contribuiu para o aperfeiçoamento do sistema, ora oferecendo ao Tribunal Pleno propostas de redação para ementas sobre temáticas pacificadas no âmbito da jurisdição do TCMSP, ora analisando a pertinência das propostas apresentadas por outras unidades.

A AJCE produziu, no período, diversos estudos sobre temáticas específicas que impactaram tanto o processo de controle externo, como as contratações realizadas por esta Corte de Contas. Destacam-se, dentro outros, os indicados a seguir.

Estudo acerca da possibilidade de atuação acautelatória do TCMSP na fase interna do procedimento licitatório; Estudo sobre a inconstitucionalidade de possível projeto de lei que verse sobre a extinção do TCMSP – requisitado e enviado via e-mail – 2018; Parecer sobre a viabilidade jurídica do TAG; Estudo sobre o §1º do art. 18 da LRF; Estudo sobre prazos nos contratos de gestão; Estudo sobre a otimização dos julgamentos; Estudo sobre o procedimento de inspeção; Estudo sobre reajuste e repactuação de contratos do TCMSP; Estudo sobre sigilo e restrição de informações; Estudo sobre efeitos jurídicos das decisões proferidas no âmbito do TCMSP; Estudo sobre a utilização dos recursos excedentes àqueles necessários à execução do programa de investimentos previstos em Operação Urbana Consorciada; Manifestação a respeito da aplicação da Resolução nº 08/2020, que trata da temática eleitoral; Manifestação a respeito de solicitação apresentada por Deputada Estadual para a realização de mesa técnica; Manifestação sobre limites constitucionais de gastos com a educação e a apuração das compensações tarifárias ao transporte escolar; Estudos sobre a temática do teto remuneratório a ser observado no âmbito do TCMSP, em decorrência do julgamento da ADI 3977, referente ao TCE-BA; Análise jurídica sobre a temática dos duodécimos e apoio à CCF para a elaboração de consulta à STN; Análise sobre a permanência da função gratificada e sobre a Lei Municipal nº 17.730/21; Estudo sobre a aplicabilidade do Tema 554 de repercussão geral, a respeito da decadência da atuação dos Tribunais de Contas quanto aos atos de registro de aposentadorias; Manifestação sobre o relatório das funções de governo; Manifestação sobre relatório de grupo de estudos a respeito do controle prévio de licitações, no âmbito das desestatizações; Manifestação a respeito da atuação dos Tribunais de Contas na suspensão de contratos e na instauração de tomada de contas; Estudo sobre a Nova Lei de Improbidade Administrativa; Estudo sobre cumprimento de sentença e requisição de pequeno valor (TCMSP parte vencida); Estudo sobre o arquivamento dos processos de controle externo; Estudos sobre a temática prescricional aplicada aos processos de controle externo; Manifestação a respeito de eventual resolução da CMSP sobre a sustação de contratos; Estudo sobre intimações no âmbito do processo de controle externo; Manifestação da AJCE a respeito do projeto discutido em sede de grupo de estudos sobre matriz de responsabilização; Estudo sobre a constitucionalidade da lei municipal nº 17.731/2022; Memorando sobre a incorporação da rede semafórica à PPP da iluminação pública; Manifestação a respeito de proposta de normativo quanto à regulamentação da prestação de contas da administração indireta; Manifestação a respeito da proposta de reuniões técnicas operacionais; Manifestação sobre o controle prévio de termos aditivos em concessões; Manifestação sobre a intervenção relacionada à disciplina da tomada de contas especial; Manifestação em representação a respeito do acordo referente à área do Campo de Marte (eTCM nº 017741/2021); Estudo preliminar sobre a impossibilidade de a CMSP sustar normas deste TCMSP por meio de decreto legislativo.

Em razão de exercer atividade de assessoramento jurídico ao Tribunal de Contas, a AJCE contribuiu com os senhores conselheiros em diversas temáticas institucionais nos últimos cinco anos, como em relação às ações de controle concentrado em trâmite perante o STF – oportunidade em que, em 2020, foram opostos Embargos de Declaração a respeito de contradições em acórdão sobre o TCMSP.

Mais recentemente, em 2022, em razão do advento da Lei Municipal nº 17.731/22 – que trata, *inter alia*, da temática das relicitações –, a AJCE participou de reuniões com advogados da Atricon, tendo em vista a possível impetração de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) por aquela entidade, questionando-se a constitucionalidade da lei municipal.

A AJCE participou, nos últimos cinco anos, de diversas iniciativas que representaram uma maior integração do TCMSP a outros órgãos administrativos e à sociedade em geral, nos diversos fóruns e instâncias existentes.

Destaque-se a assídua colaboração da AJCE com palestras proferidas na Escola de Gestão e Contas e em outros ambientes acadêmicos – incluindo-se a participação de assessor, como palestrante, no *4º Encontro Técnico sobre Fiscalização de Concessões e PPPs pelos Tribunais de Contas*, ocorrido no TCE-SP, em outubro de 2022.

Alguns temas de investigação dos grupos de estudo, que contaram com a participação da AJCE, também foram objeto de explanação em seminários e congressos, como é o caso do atendimento da legislação eleitoral e elaboração da lista de responsáveis por contas irregulares, tema que integrou a apresentação de artigos do *II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas*, em 2021.

Também é de salientar a frequência da participação de convidados externos ao TCMSP em reuniões de grupos coordenados pela AJCE, como TAG (convidados do TCE-PE e do TCM-PA), acordos de leniência (convidado do TCU) e cautelares na Nova Lei de Licitações (convidados do TCU, do TCM-PA e do TCE-SP).

Os assessores também têm buscado publicizar temáticas que tenham sido objeto de estudos na AJCE, como a referida abordagem sobre os recursos excedentes das Operações Urbanas Consorciadas e as Mesas Técnicas, que renderam dois artigos publicados na Revista Simetria.

II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas

Núcleo de Governança e Gestão no planejamento estratégico

A trajetória do Tribunal, na implantação de um processo contínuo e participativo de planejamento estratégico, iniciou-se efetivamente em 2017, com a constituição do Grupo de Trabalho Governança (GTGov). Por iniciativa do conselheiro Domingos Dissei, a ideia consistia originalmente na consolidação de uma instância que, de forma ampla e representativa, analisasse os contextos interno e externo ao Tribunal e os modelos de governança, gestão e planejamento que pudessem ser adotados na perspectiva de aprimoramento das atividades de controle exercidas pelo Tribunal.

O grupo contou com a participação de servidores de todas as unidades e gabinetes do Tribunal e elaborou um relatório final com análise de cenários, indicação de pontos institucionais fortes e fracos e de pontos de risco inerentes às competências e atividades desempenhadas pelo Tribunal.

Os resultados concretos impactaram o processo de reformulação e consolidação dos Planos Anuais de Fiscalização (PAF) subsequentes e na edição da Resolução nº 2 de 2019, que dispôs sobre as diretrizes de gestão do Tribunal, o Sistema de Controle Interno (SCI), o PAF 2019 e a criação do Núcleo de Governança e Gestão (NGG). Esses passos foram as bases para a adoção e a implantação do modelo de sincronismo organizacional que possibilitou a edição do primeiro Plano Estratégico do TCMSP.

Sistema de Gestão da Qualidade

O TCMSP foi certificado pela ISO 9001 no ano de 1996, sob a Presidência do conselheiro Eurípedes Sales. Desde então, a alta direção manteve o compromisso com a liderança e a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de modo a atender os requisitos da norma NBR/ISO 9001, em consonância com: escopo certificado Sistema de

fiscalização e elaboração de relatórios anuais da administração direta e indireta no município de São Paulo; objetivos da Qualidade; política da Qualidade; e foco no cliente. Desta forma, grandes avanços foram identificados, implementados e melhorados nas auditorias realizadas pela Subsecretaria de Controle Externo (SCE) desde o planejamento até a conclusão dos relatórios em conformidade a serem observados tanto pelas Auditorias Internas da Qualidade (AIQ) como pela Asseguração da Qualidade das Fiscalizações (AQF).

Cabe ressaltar que o Tribunal foi o primeiro órgão público a ter a Certificação ISO e que serviu de referência para outros Tribunais e órgãos públicos, como também para a Associação dos Tribunais de Contas (Atricon).

Reunião virtual de Planejamento Estratégico

Planejamento Estratégico

Plano Estratégico 20-23; Planos Setoriais 20-21 e 22-23; Planos Anuais 20-21-22; Projetos, Ações e Programas Estratégicos

O TCMSP vem consolidando e aperfeiçoando nos últimos anos uma cultura de gestão estratégica e de planejamento com vistas ao fortalecimento das ações de controle, aumento da eficiência e consolidação dos mecanismos de transparência. Neste sentido, o Pleno do Tribunal aprovou o seu primeiro Plano Estratégico (Resolução nº 11/2021), correspondente ao período de 2020 a 2023.

Por conter elementos orientativos, principalmente indicados e referendados pelos conselheiros, como os referenciais estratégicos, foi necessário desmembrar o Plano Estratégico em Planos Setoriais (gerenciais ou táticos) e em Planos Anuais das unidades (operacionais). Nesses instrumentos foi possível traduzir as orientações em projetos e ações específicos, com vistas a dar concretude e efetivação àquilo que foi pretendido originalmente no Plano Estratégico.

Importante salientar que todo o processo de planejamento contou sistematicamente e em todas as suas fases com a participação dos servidores do Tribunal, que puderam opinar, apresentar sugestões ou críticas, de forma transparente e colaborativa. Inicialmente com o Grupo de Trabalho Governança, posteriormente com o Grupo de Trabalho Plano Estratégico e atualmente com o Comitê de Gestão Estratégica, foi possível ouvir as necessidades de cada unidade e construir coletivamente projetos específicos com vistas a suprir necessidades e deficiências ainda apresentadas.

Foram desenvolvidos dois Planos Setoriais bianuais (20-21 e 22-23) e Planos Anuais das seguintes unidades, nos anos de 2020, 2021 e 2022: Secretaria Geral, Subsecretaria Geral, Subsecretaria Administrativa, Subsecretaria de Fiscalização e Controle (atualmente Subsecretaria de Controle Externo), Assessoria Jurídica de Controle Externo, Núcleo de Governança e Gestão, Núcleo de Tecnologia da Informação, Gestão das Relações de Trabalho, Núcleo de Jurisprudência e Súmula, Imprensa, Escola de Gestão e Contas Públicas, Controladoria Interna e Ouvidoria. A Unidade de Informações Estratégicas, por ter sido criada em 2021, produziu somente o Plano Anual de 2022.

Até setembro de 2022, houve um total de 38 projetos e ações concluídos, como os destacados a seguir.

Elaboração do Plano Setorial e dos Planos Anuais 2020 e 2021 (incluindo os Planos Anuais de 2022); Gestão da Economia; Política de Gestão de Pessoas; Matriz de Responsabilização; Racionalização de Processos e Fluxos de Trabalho; Criação da Unidade de Jurisprudência; Difusão e Promoção dos ODS; Regulamentação dos Cursos *in Company*; Projeto Político Pedagógico da EGC; Regulamentação da Remuneração de Instrutores da EGC; Apresentação dos Sistemas de Informação Disponíveis para Utilização nas Fiscalizações; Canal de Atendimento CRH; Monitoramento do Portal Obras Abertas (CGM); Instância de Análise Crítica Estratégica; Gestão de processos – BI; Metodologia para Gestão das Intervenções; Nova Regulamentação de Adiantamentos; Teletrabalho; Revisão do Organograma do TCMSP; Regulamentação do Auxílio Refeição; Regulamentação da concessão e fruição de férias; Acordos Administrativos; Mesa Técnica; Estudo de impacto da Lei Geral de Proteção de Dados; Controle Prévio de Licitações; Tomada de Contas; Estudo sobre o Acompanhamento da Execução dos Julgados; Matriz de instrução de procedimentos administrativos de Ouvidoria; Criação da Unidade de Informações Estratégicas; Asseguração da Qualidade das Auditorias; Revisão do Regimento Interno da Escola de Gestão e Contas Públicas; Criação da Unidade de Controle Interno; Observatório de Políticas Públicas; Boletim de Jurisprudência; Instância recursal prevista na LAI; Política de Comunicação; Cidadania em Contas; e Adoção de práticas sustentáveis.

No momento, há 61 projetos e ações com previsão de conclusão até dezembro de 2023, como elencado abaixo.

Concurso Público 2020; Sistema de Monitoramento; Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensão; Capacidade de desenvolvimento de software; Aprimoramento do e-TCM; Sistema de auditoria; Integração Interáreas; Política de Gestão do Conhecimento; Programa de Formação Continuada de Auditores; Sucessão a Cargo de Gestão; Reformulação da intranet; Portal do Jurisdicionado; Análise de Prestação de Contas de Entidades do Terceiro Setor; Modelo de Acompanhamento da Execução dos Julgados; Diálogo fase 2; Quantificação de Benefícios do Controle Externo; Seleção de Objetos de Fiscalização; Aprimoramento dos Métodos de Fiscalização; Fiscalização de Governança e Controle Interno; Código de Ética; Procedimentos de Contratação; Sistema de Jurisprudência; Inventário de Dados Pessoais e Fluxo de Tratamento de Dados; Jurisprudência de Decisões Cautelares; Política de Segurança da Informação do TCMSP; Monitoramento do Arquivamento de processos conforme Resolução nº 19/2021; Cidadania em Contas (fase 2); Estudo de Caso sobre Termo de Ajustamento de Gestão (TAG); Aprimoramento dos Relatórios de Atividades do TCMSP; Segundo Ciclo de Planejamento Estratégico; Sistema de Auditoria (fase 2); Procedimentos para Geração e Processamento de Imagens para Utilização no Controle Externo; Implantação do Teletrabalho; Aprimoramento dos Fluxos Processuais de Controle Externo: A Parti-

cipação de SCE, AJCE e SG na instrução processual; Aprimoramento do sistema Radar; Novas Trilhas de Auditoria no ARIEL; *Accontability* Diagonal do TCMSP; Aprimoramento da Página da Transparência do TCMSP; Aprimoramento do Iris; Núcleo de Ações Voluntárias (NAV); Capacitação em Gestão de Projetos; Sistema de Gestão de Contratos; Virtualização de Servidor para Ciência de Dados; Efetivo na Portaria A; Metodologia para Estruturação e Realização de Campanhas de Saúde; Gestão de Processos BI (fase 2 - Qlik); Repositório de Produção Intelectual e Científica; Metodologia de Mapeamento de Processos de Trabalho; Redefinição da Forma de Prestação de Serviços de Limpeza e Jardinagem; Painel de Monitoramento do Fluxo e do Estoque de Processos de Controle Externo; Ampliação do Sistema Diálogo para Administração Indireta; Manual para Realização de Painéis de Referência em Auditoria; Modelos de Matriz de Planejamento de Acompanhamento da Execução Financeira dos Contratos com o Terceiro Setor; Produtos de Fiscalização Referentes a Desestatizações; Aprimoramento do Ábaco; Manual de Ementas; Regulamento da Revista Simetria; Acompanhamento das Ações para Implementação da Agenda 2030; Energia Solar no TCMSP; Capacitação dos Servidores da Subsecretaria Administrativa; e Capacitação dos Servidores da Coordenadoria Processual.

Como resultado dos projetos, foram obtidos produtos finais materializados em ações concretas, com interferência direta no cotidiano de trabalho, além de benefícios inerentes, tais como: maior integração entre as unidades; maior facilidade na comunicação interna; fortalecimento do planejamento e da execução financeira; maior previsibilidade para lidar com mudanças de cenário (haja vista as decisões tomadas no âmbito da pandemia); melhora no processo de tomada de decisão; fortalecimento institucional; e consolidação dos processos de participação e de transparência.

ETQC e auditorias

Nos últimos anos, os destaques estão relacionados ao processo de reestruturação, no qual a unidade passou a integrar o NGG, em 2018, e a busca pela melhoria contínua dos procedimentos de asseguração, como no caso da implantação do Relatório de Desempenho do SGQ, a partir de 2020, o que tornou, por exemplo, a Reunião de Análise Crítica da Alta Direção (Racad) mais célere e efetiva. Além disso, houve melhorias no processo de Pesquisa de Satisfação do Cliente, que passou a utilizar ferramentas tecnológicas que atendessem às necessidades apresentadas e, em conjunto com a SCE, a implantação de controles para a consolidação das asseguraçõe alinhados às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Importante ressaltar a parceria com a Escola de Gestão e Contas Públicas (EGC), o que possibilitou a qualificação dos auditores internos a partir de dois cursos *in company* para a formação e o aperfeiçoamento das equipes de auditoria, em 2019 e 2022, e a edição do curso de Sistema de Gestão da Qualidade, que contou com a participação de servidoras do NGG na condição de docentes.

Com relação às auditorias, realce para os processos de certificação e manutenção do sistema de gestão da qualidade do Tribunal, realizados nos anos de 2017 a 2019, pela certificadora Apcer do Brasil, com a emissão do certificado válido até 26 de setembro de 2020. Nos anos subsequentes, foi contratada a Fundação Vanzolini, sendo a responsável pela emissão do certificado de qualidade do Tribunal, válido até 30 de setembro de 2023.

Em 2021, houve destaque para o evento em comemoração aos 25 anos da Certificação ISO 9001 no TCMSP, com a participação de outras Cortes de Contas e o lançamento do hotsite alusivo à efeméride.

Considerando a necessidade de fortalecer a governança e com base nos pressupostos do sincronismo organizacional, o Núcleo de Governança e Gestão (NGG) foi criado para atuar em colaboração com os órgãos técnicos e as unidades administrativas com vistas a coordenar o processo de implantação e execução do Planejamento Estratégico e fornecer suporte à reorganização e auxílio na definição e no estabelecimento das atividades programáticas das unidades. O NGG conta com duas subunidades: o Escritório da Qualidade Total (ETQC), que monitora e controla o Sistema de Gestão da Qualidade, e o Escritório de Monitoramento de Processos e Projetos (EMPP), que acompanha alguns dos macroprocessos do Tribunal.

Mapeamento de processos de trabalho internos

Sob a perspectiva dos processos de trabalho internos foi realizado, a partir da criação do NGG e da constituição do EMPP, o mapeamento de processos, de forma a compreender a identificação da sequência lógica das atividades que compõem um processo e de outros elementos que interagem com o fluxo de trabalho. Foram mapeados sete fluxos de média a alta complexidade ao longo de dois anos com desenhos do estágio atual (*As Is*), e eventualmente propostas de como poderiam ser (*To Be*). Permitiram, assim, melhorias em termos de eficiência e de racionalização de trabalhos, trazendo ganhos em relação a recursos de trabalho dispendidos.

Destacam-se, dentre os mapeamentos realizados: fluxo do processo de controle externo (competência do Pleno) desde o envio para a Unidade Técnica de Pauta e Juízo Singular (UTPJS) até o trânsito em julgado; fluxo de atualização da lista de agentes julgados com contas irregulares para fins eleitorais; fluxo de certidões de CRH; fluxo de substituição de servidores com cargo em função; fluxo de enquadramento funcional por CRH; e o fluxo de elaboração da pauta.

Reestruturação dos Relatórios de Atividades do TCMSP

Por intermédio da Portaria nº 331/2021, a Presidência do Tribunal constituiu um grupo de estudos com o objetivo de reestruturar e aperfeiçoar os Relatórios de Atividades Trimestrais e o Relatório de Atividades Anual. Esses relatórios buscam atender tanto à obrigatoriedade de prestação de contas de gestão para a sociedade em geral (Parágrafo Único do artigo 70 da CF/88 e § 1º do artigo 47 da Lei Orgânica do Município de São Paulo) quanto o encaminhamento à Câmara dos Vereadores dos relatórios das atividades desenvolvidas (§ 5º do artigo 48 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e inciso XXX do art. 26 do Regimento Interno).

Até o momento foram produzidos os seguintes relatórios adotando-se a nova sistemática: Relatório de Atividades Anual – Exercício 2021, Relatório de Atividades Anual Simplificado – Exercício 2021, Relatório de Atividades Trimestral – 1º Trimestre 2022, Relatório de Atividades Trimestral – 2º Trimestre.

Relações institucionais e sociedade: ODS

Com o intuito de harmonizar o modelo de gestão do Tribunal com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o TCMSP constituiu, por meio da Portaria 365/2021, o Comitê para o acompanhamento e implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Comitê é composto por diferentes unidades do Tribunal, a fim de envolver de maneira sistêmica as áreas que podem contribuir com o processo.

Além disso, destaca-se a adesão do TCMSP ao acordo de cooperação técnica celebrado entre o Tribunal de Contas da União, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, objetivando a formação do Grupo Legislativo Federal Sustentável para intercâmbio de práticas e desenvolvimento de ações voltadas à gestão sustentável.

Hotsite ODS

Hotsite ODS

TCMSP sedia debate sobre papel dos Tribunais de Contas frente à Agenda 2030

Investimentos em **Tecnologia da Informação**

No início dos anos 90, com a compra dos primeiros microcomputadores para auxiliar na execução de determinadas tarefas, sobretudo como substitutos das antigas máquinas de escrever, o TCMSP dá os primeiros passos para a criação de sua área de tecnologia, denominada Secretaria de Informática.

A partir daquele momento, como decorrência da necessidade de acompanhamento e absorção dos inúmeros avanços tecnológicos percebidos e dos possíveis ganhos com sua aplicação nos processos de trabalho, houve um investimento contínuo de recursos financeiros ao longo dos anos por parte do corpo diretivo, permitindo que a área de tecnologia se firmasse, cada vez mais, como estratégica e fundamental dentro da estrutura corporativa, razão pela qual é atualmente ligada à Presidência.

O Núcleo de Tecnologia da Informação dá toda a sustentação tecnológica para a realização das atividades do TCMSP, disponibilizando sistemas, serviços, infraestrutura, treinamento e suporte. Tem um compromisso com a qualidade dos serviços prestados e de acompanhar toda e qualquer evolução tecnológica que possa resultar em ganhos efetivos para os processos de trabalho implantados no TCMSP.

A seguir, destacam-se algumas realizações de TI que propiciaram ganhos imensuráveis na realização das atividades corporativas.

Processo Eletrônico

O Sistema de Processo Eletrônico, implantado no segundo semestre de 2018, permitiu um salto tecnológico na busca de maior eficiência, transparência e qualidade na execução da atividade-fim de fiscalização dos recursos públicos. Inúmeras funcionalidades foram desenvolvidas e implantadas ao longo dos últimos cinco anos, criando, adequando e aprimorando métodos e procedimentos de trabalho.

Foram aperfeiçoados os processos de Gestão Processual, de Autuações, Cadastros de interessados, Gestores e Unidades Gestoras, Comunicações Processuais, Pautas de julgamentos por Relatoria, Competência e Motivos de Inclusões, Controle de Documentos de Deliberações por Processos, Gestão de Certidões, Registros de Ementas Gestão de Resultados, Gestão de documentos de instrução de processos por tipo em aderência, Gestão de publicações de Relatórios, Recurso de gestão de sigilo aderente, além do Gerenciador de documentos para instruções processuais com recursos para anexação, edição, uso de biblioteca de modelos de documentos etc. Por fim, Assinatura Digital e Portal de validação de Assinatura Digital.

Gestão de relacionamentos entre objetos

Houve também investimentos para melhoria da gestão de relacionamentos entre objetos: juntadas, apensamentos, desapensamentos e links; Gestão de processos por natureza física e eletrônica, dando suporte ao projeto de digitalização de processos físicos; Sorteio eletrônico de relatorias de processos de desestatização; Adequação do sistema com regras para controle ao acesso e divulgação de documentos que possuam critérios de restrição de acesso por parametrização de sigilo e dados pessoais atendendo à Lei Geral de Proteção de Dados.

Outros benefícios

Como resultado dos trabalhos realizados, atualmente a área concentra a totalidade de expedientes internos e processos ativos do TCMSP integralmente em formato eletrônico, exceção feita a processos específicos de aposentadoria e pensão que possuem rito diferenciado.

O ganho obtido com a adoção dessa ferramenta tecnológica é imensurável e foi condicionante para a realização das atividades durante toda a pandemia de covid-19, sem qualquer prejuízo ou perda de eficiência nos processos de trabalho.

PRÓXIMOS PASSOS

- Normatização e implantação do recurso de assinaturas eletrônicas avançadas, desenvolvido pelo NTI para atender à Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020. [Em fase de elaboração de proposta de normatização].
- Desenvolvimento, normatização e implantação do Portal do Jurisdicionado, evoluindo o recurso de Protocolo Eletrônico disponível aos usuários externos através do Portal do TCMSP, contemplando o envio eletrônico de comunicações processuais.
- Continuidade das melhorias de integração entre sistemas eTCM x SEI (Sistema Eletrônico de Informações) da Prefeitura de São Paulo.
- Continuidade na implementação de recursos para automatizar sorteios de relatorias por exercício.
- Captação de soluções tecnológicas que contribuam para gestão e segurança de dados pessoais e sigilosos, colaborando com a implantação de normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Desenvolvimento de melhorias do eTCM de modo que viabilize o acompanhamento de indicadores através do Qlik Sense-BI, conforme Planejamento Estratégico.

Investimentos em infraestrutura

O contínuo investimento e aprimoramento do parque de equipamentos e softwares tem sido prioridade na aplicação de recursos durante muitos anos, mas principalmente nos últimos cinco, uma vez que durante esse período muitos avanços foram obtidos e se firmaram como métodos de trabalho irreversíveis.

Infraestrutura computacional e de armazenamento de nuvem privada

Desde 2018 são feitos investimentos de manutenção e atualização da infraestrutura computacional do centro de dados do TCMSP. São mantidos atualizados os ambientes de virtualização VMWare, os servidores Cisco UCS, os servidores BladeCenter IBM, os discos VNX da Dell EMC, os discos de backup DataDomain da Dell EMC e o software de backup Veeam.

Em 2019, foi feito investimento e foram adquiridas novas memórias para os servidores Cisco UCS, dobrando então a capacidade de prover servidores virtuais, além da expansão dos discos VNX visando atender ao ambiente do eTCM, à rede H e demais serviços. Também foi adquirido um novo servidor de backup Data Domain 6300 de maneira a atender às demandas de expansão de discos.

No mesmo sentido, em 2020, foi adquirida solução de monitoração de performance de aplicativos Dynatrace, buscando visibilidade no comportamento do eTCM e dos principais aplicativos do TCMSP.

Visando expandir a capacidade computacional em face das novas demandas de acesso remoto geradas pela pandemia, da digitalização dos processos no eTCM, de novas ferramentas de análise de dados como o Qlik Sense, dos novos aplicativos desenvolvidos em ambiente de nuvem e do crescimento vegetativo das soluções legadas em 2021, foi feito um grande investimento em solução hiperconvergente de computação da Nutanix, com a aquisição de um conjunto de quatro nós hiperconvergentes.

Além disso, foram disponibilizados em 2022 três ambientes de Kubernetes para o time de desenvolvimento, permitindo a implantação de novos aplicativos desenvolvidos com o conceito de Containers.

Ainda em 2022, foi adquirida a expansão de mais um nó para a solução da Nutanix, visto que a utilização computacional já se encontrava perto de 70%.

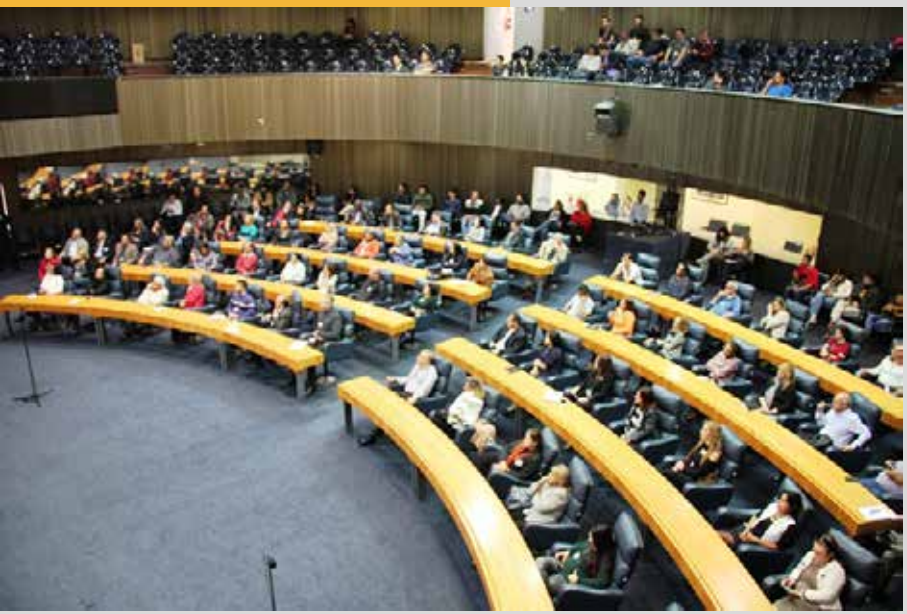
A constante modernização da infraestrutura de TI é necessária para manter um ambiente flexível e adaptável às novas e crescentes demandas. As tecnologias de nuvem híbrida e privada são peças fundamentais na jornada para a implantação de uma cultura de DevOps que permite uma TI mais responsiva às demandas de negócio.

Rede e segurança

Em 2020 foi renovada parte dos switches de borda e a integralidade dos switches centrais. Tal investimento foi necessário para possibilitar a conexão dos novos servidores hiperconvergentes que foram comprados posteriormente. Em 2021, a renovação dos switches de borda foi continuada.

A conectividade com a internet também tem sido alvo de constante investimento. Em 2019 foi feita uma atualização de velocidade de 100 Mbps para 300 Mbps, sempre em duas ligações de fibra ótica que chegam ao Tribunal por caminhos diferentes. Tal atualização se mostrou essencial no decorrer da pandemia e, em 2021, foi feita nova ampliação, passando para os atuais 1 Gbps.

Em 2021, foi feito investimento em novas antenas WiFi da Fortinet, integradas ao firewall, que permitem melhor controle e gestão, bem como disponibilizam



Apresentação do Sistema Iris na Câmara Municipal

os mais recentes padrões de acesso, como a faixa de 5Ghz e o padrão WiFi 6.

Os certificados digitais dos servidores do Portal do TCMSP são adquiridos desde 2018 e, a partir de 2021, foram renovados anualmente, permitindo comunicação segura e criptografada com os navegadores dos usuários do portal de internet. Em 2021, foi adquirida solução de certificados digitais da Lacuna para o eTCM e demais sites da intranet.

Infraestrutura de datacenter

Nessa área, destacam-se os investimentos na atualização da solução de ar-condicionado de alto desempenho, os investimentos em manutenção dos grupos gerados e dos nobreaks.

Em 2018, foram contratados serviços de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador de energia com a Maqgeral e dos nobreaks com a Eaton. Esses são componentes que garantem o fornecimento de energia contínuo e dentro dos rigorosos padrões exigidos pelos equipamentos instalados dentro do centro de dados. A manutenção dos grupos geradores contempla um plano periódico de revisão e troca preventiva dos componentes; a dos nobreaks também contempla a substituição periódica das baterias.

Softwares para os usuários finais

Em 2018, o contrato da Microfocus foi expandido com a aquisição de mais 300 licenças de usuários finais. A rede Microfocus concentra todo o diretório dos usuários provendo solução de controle de acesso e auditoria, o serviço de e-mail Groupwise, com o acesso via web e dispositivos móveis e os servidores de arquivos, os discos H e G. Atualmente, o disco H utilizado pelas diversas áreas do Tribunal para armazenamento de arquivos tem capacidade de 8TB, sendo que 6.5TB já estão em uso. Em 2020, esse contrato das licenças Microfocus foi renovado.

Em 2019, foram adquiridas licenças do Microsoft Office 2019, atualizando a versão 2013 disponível anteriormente.

Na pandemia da covid-19, a ação do NTI permitiu a comunicação entre os servidores e o cumprimento de suas atividades de forma remota

Já em 2020, foram adquiridas licenças do Microsoft Office 365, cujo componente mais utilizado foi o Microsoft Teams, essencial para permitir as sessões plenárias e as sustentações orais remotas durante a pandemia. No momento, tal solução continua sendo utilizada nas mesas técnicas e nas sustentações orais remotas. Também foi disponibilizada a infraestrutura para transmissão das sessões plenárias remotas no YouTube. Em 2021 e 2022, continuaram os investimentos no Office 365 com o aumento do número de licenças.

Acessos para o teletrabalho

No final de 2018 foi contratada a primeira solução de ambiente virtual para acesso remoto para 100 usuários, com base nos softwares Citrix e Microsoft Remote Desktop Service, que foi implementado em 2019. Tal investimento mostrou-se essencial nos primeiros meses da pandemia, quando foi necessário implantar o teletrabalho. Em 2020, o ambiente foi ajustado rapidamente para a nova demanda, ao trocar os desktops virtuais individuais Windows 10 que tinham alto consumo do ambiente VMWare e um tempo de login de minutos para desktops virtuais com base em servidores Windows 2016 compartilhados, permitindo o aumento do número de usuários simultâneos e baixando o tempo de login para a casa dos 30 segundos.

Também foi disponibilizada a solução de VPN Foticlient como alternativa para acesso remoto aos computadores dos usuários quando estão em teletrabalho. Tal solução foi possível graças ao investimento prévio na solução de Firewall Fortinet e às atualizações de conectividade com a internet.

Hardware para os usuários finais

O plano de atualização também contemplou aquisição de computadores, notebooks e impressoras para as diversas áreas do Tribunal, mantendo os equipamentos atualizados dentro do seu ciclo de depreciação.

Descentralização da TI

A oferta de infraestrutura de TI e ferramental tecnológico para a realização de tarefas de análise

de dados e inteligência de negócios pelas áreas do TCMSP foi alvo de grande engajamento por parte do Núcleo de Tecnologia da Informação, que buscou atender às demandas de servidores que se utilizam da tecnologia para o desenvolvimento e execução de suas atividades.

Para esse propósito, a aquisição da ferramenta Qlik Sense, própria para a análise de bases de dados e criação de modelos gráficos, adquirida em 2021, foi imprescindível para a promoção de inúmeras frentes de trabalho em fase de desenvolvimento final nesta Corte.

Estão sendo concluídos trabalhos de extrema importância para a análise dos dados. Um deles refere-se ao transporte público na cidade de São Paulo, sob condução da Coordenadoria V da Subsecretaria de Controle Externo, que trará uma nova dimensão no entendimento e análise das milhões de informações coletadas junto à SPTrans. Outro é o projeto Grafos, desenvolvido pela Unidade de Informações Estratégicas da Secretaria Geral, que trata da inserção e cruzamento de informações pertinentes ao terceiro setor, agora inseridas no sistema Radar.

As ações de tecnologia que não dependem de conhecimento técnico especializado, mas sim de um conhecimento básico necessário para a utilização de ferramental voltado para o usuário final, serão conduzidas diretamente pelos servidores envolvidos na atividade, uma vez que dominam todo o negócio e a interpretação dos dados e resultados que podem ser obtidos.

Desenvolvimento de sistemas e aplicações

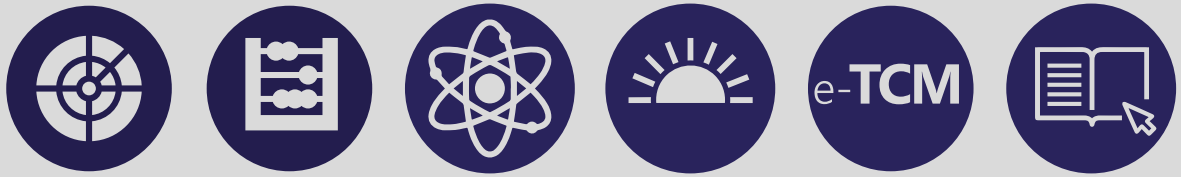
Gestão da informação

O emprego de novas tecnologias, ocorrido nos últimos cinco anos, transformou o processo de publicação das informações no portal do Tribunal de Contas por meio da implementação de uma plataforma própria de CMS (Content Management System).

A tecnologia empregada na gestão do Portal está presente também no conteúdo da intranet e nos demais hotsites ligados ao TCMSP, utilizando dessa forma as melhores práticas de gestão da informação.

Gestão das atividades – Azure Devops

Com o objetivo de otimizar a organização das necessidades e demandas, foi adotado de forma oficial o uso do Azure DevOps, um produto Microsoft que fornece controle de versionamento, gestão de requisitos, gestão de bugs, gestão de projetos no formato Agile e gestão dos releases. A solução cobre todo o ciclo



Alguns dos sistemas desenvolvidos pelo NTI: Radar, Ábaco, Átomo, Panorama, e-TCM e Uso de Bibliotecas

de produção do software e habilita o uso de DevOps, integrando os times de Desenvolvimento e Operação na mesma tecnologia.

Ampliação da capacidade de desenvolvimento – Fábrica de software

A ampliação da capacidade de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados pelo NTI, por meio de contratação de uma empresa especializada para auxiliar a equipe técnica, foi extremamente importante para o impulsionamento das entregas e encaminhamentos de projetos relevantes e estratégicos para o Tribunal de Contas.

O desenvolvimento dos projetos Sisaud (novo sistema de auditoria da SCE) e Portal do Jurisdicionado trouxe não apenas um aumento na disponibilidade de entrega de desenvolvimento de sistema, mas possibilitou o avanço tecnológico de toda a arquitetura de software e a implementação inédita de um fluxo automatizado de entregas envolvendo tecnologias e metodologias de pontas.

Após a implantação do eTCM (sistema de processo eletrônico), foi primordial a concepção e idealização do Portal do Jurisdicionado, que tem como premissa centralizar a comunicação com a sociedade e os seus jurisdicionados, provendo-lhes não apenas informações institucionais, mas fornecendo-lhes ferramentas para se comunicarem nas questões processuais, de modo a estabelecer um canal tecnologicamente adequado para sociedade, advogados, representantes e auditados. Em fase avançada de especificação e levantamento de regras de negócio, já estão sendo desenvolvidos o Módulo Processual, o Módulo de Diá-

Apresentação do Sistema Radar

logo, o Módulo de Fiscalização e demais funcionalidades que atenderão às necessidades dos jurisdicionados e seus representantes legais.

Solução de assinatura digital avançada

A adoção do conceito de assinatura digital permite diversas facilidades durante a manipulação de arquivos digitais. A aquisição do software Amplia-Lacuna, uma solução líder de mercado, permitirá ao Tribunal de Contas emitir certificados digitais credenciados pelo próprio Tribunal de Contas. E poderá prover o certificado digital não apenas para os seus servidores internamente, mas para seus jurisdicionados e até munícipes, garantindo todos os conceitos relacionados ao certificado digital: confiabilidade, disponibilidade, integridade e não repúdio.

Solução de assinatura eletrônica

A adoção do conceito de assinatura eletrônica permite a utilização de uma assinatura eletrônica em conjunto com as assinaturas digitais. Ou seja, provê diversas facilidades durante a manipulação de arquivos digitais, sem perder qualquer característica dos arquivos assinados digitalmente.

A solução permite reduzir os custos de emissão de certificado ICP-Brasil e aumentar a confiabilidade das informações, além de possibilitar que usuários sem certificados digitais assinem eletronicamente documentos digitais.

Integração PMSP E TCMSP – eTCM e Átomo X SEI

A integração entre o Processo Eletrônico da PMSP (SEI) e o Processo Eletrônico do TCMSP trouxe resultados significativos e democratizou o acesso à informação. A integração permitiu que, de dentro dos sistemas do TCMSP, fosse possível consultar de forma rápida, atualizada e imediata os processos do sistema SEI, desde seus metadados, assim como acessar os atos e documentos, sem a necessidade de estar na rede da Prefeitura e sem a necessidade de possuir login e senha específica.

Além disso, a integração possibilita que o Tribunal monitore informações, processos e documentos constantes do SEI, facilitando à Subsecretaria de Controle Externo realizar auditorias e fiscalizações diretamente na fonte das informações. Exemplo de sua aplicação se deu em relação aos contratos emergenciais durante a pandemia de covid-19. A integração com o SEI oferece agilidade, facilidade e transparência na consulta.

Controladoria Interna

Em março de 2020, foi instituída a Controladoria Interna, vinculada ao Gabinete da Presidência, responsável pela coordenação, orientação e avaliação do Sistema de Controle Interno no âmbito do TCMSP.

Para que possa aplicar da melhor forma os seus recursos, o TCMSP deve adotar procedimentos e técnicas de acompanhamento e controle que visem minimizar falhas e evitar problemas que coloquem em risco o alcance de seus objetivos estratégicos.

Sua equipe, composta por servidores efetivos pertencentes à carreira específica de auditoria, vem realizando auditorias e propôs aperfeiçoamentos relativos a temas como despesas com pessoal, gestão financeira e orçamentária, fluxo dos processos de controle externo e portal do TCMSP na internet.

A verificação e assinatura dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, participação em atividades do Grupo Técnico de Planejamento Estratégico e elaboração de proposta do Código de Ética também constituíram tarefas realizadas pela Controladoria Interna.

Planejamento e Política de **Comunicação**

Em 2017, durante a Presidência do conselheiro Roberto Braguim, a Assessoria de Imprensa elaborou o Plano de Comunicação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, abarcando tanto a comunicação interna quanto a comunicação externa da instituição. O objetivo era melhorar o fluxo e a divulgação de informações internamente e aproximar o Tribunal dos munícipes, divulgando e valorizando as atividades de fiscalização e controle externo.

Aprovado pelo Colegiado, o Plano de Comunicação começou a ser implantado em 2018, na gestão do conselheiro-presidente João Antonio da Silva Filho. As principais transformações foram a reformulação do Portal do TCMSP, com ampliação da divulgação das atividades desenvolvidas pelo órgão; a modernização visual do Portal da Intranet, que se encontra hoje em fase de homologação; a criação das páginas do Tribunal nas redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter e YouTube); a formatação e distribuição de Informativo Eletrônico; a elaboração e divulgação de releases e avisos de pauta encaminhados aos meios de comunicação, dando conta de relatórios de auditoria e ferramentas produzidas pelas áreas técnicas do Tribunal, caso dos sistemas Iris e Ariel.

Mídia	Números
Portal do TCMSP	4.478.499 visualizações
Twitter	405.300 impressões
Facebook	193.979 pessoas alcançadas
	654 novos seguidores
	8.721 visitas
Instagram	47.362 pessoas alcançadas
	1.391 novos seguidores
	26.488 visitas
YouTube	196.271 visualizações
LinkedIn	1.740 visualizações

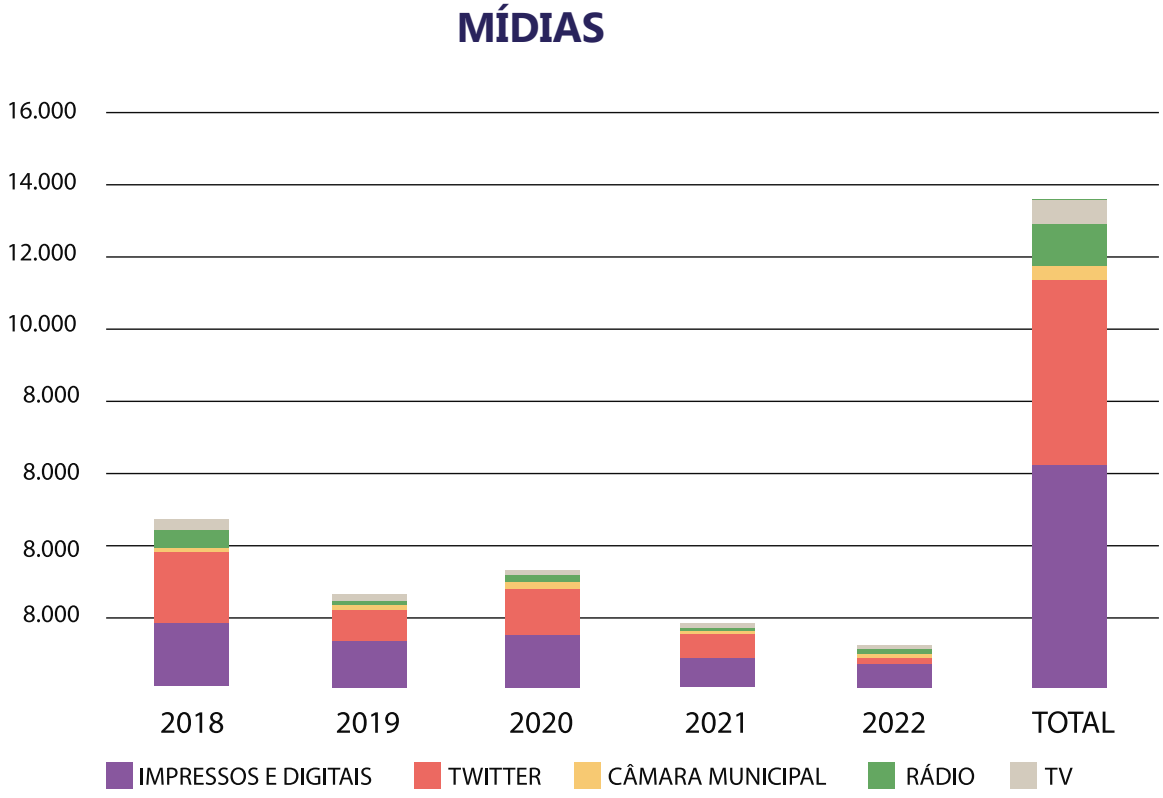
A reformulação do Portal do Tribunal e sua inserção nas redes sociais teve como resultado um crescimento significativo no total de visualizações de página no site: de 1º de janeiro de 2018 a 19 de outubro de 2022, atingiu 4.478.499. O total de impressões no Twitter, de 27 de fevereiro de 2018 a 20 de outubro de 2022, foi de 405.300. Pessoas alcançadas no Facebook, entre 20 de setembro de 2019 a 20 de outubro de 2022, totalizaram 193.979 e, no Instagram, 47.362. Durante esse período, o canal no Facebook ganhou 654 novos seguidores e no Instagram, 1.391. Porém, o Facebook recebeu 8.721 visitas e o Instagram 26.488. Já o canal TV TCMSP no YouTube teve, de 1º de janeiro de 2018 a 19 de outubro de 2022, 196.271 visualizações, enquanto o LinkedIn apontou 1.740 visualizações de página de 20 de outubro de 2021 a 19 de outubro de 2022.

Para disponibilizar ao público informações relevantes das atividades de controle externo e de seu impacto na vida dos cidadãos paulistanos, a Assessoria de Imprensa, em conjunto com outras unidades do Tribunal, desenvolveu diversos hotsites, com destaque para os seguintes: Sistema de Gestão da Qualidade Certificada, Proteção de Dados, Jubileu de Ouro, TCMSP no Combate à covid-19, Tribunais de Contas no Mundo e Observatório de Políticas Públicas.

A participação na criação e divulgação de produções gráficas com informações de interesse interno e externo ao Tribunal também merecem ser pontuadas. Entre esses produtos pode-se citar o livro digital e físico *Jubileu de Ouro – 50 anos de História*, a elaboração, em conjunto com o NGG, do *Manual de Identidade Visual do TCMSP* e do *Documento de Planejamento Estratégico*, bem como o *Manual do Programa Cidadania em Contas*, que serve de referência para a atuação dos servidores nesta iniciativa de incentivo ao controle social das contas públicas.

Na mesma linha de dar transparência aos trabalhos de fiscalização e controle externo exercidos por esta Corte de Contas, foram editados e divulgados *Sumários Executivos* com o Parecer Prévio sobre as Contas Municipais nos Exercícios de 2017 e 2018, além da Síntese de Atividades do TCMSP no Exercício de 2021.

Cabe ressaltar ainda o trabalho realizado pela Assessoria de Imprensa nesse último quinquênio para aproximação com os órgãos e profissionais da grande mídia, o que levou a uma ampliação do espaço e da visibilidade dada ao TCMSP nos diversos meios de comunicação.



O gráfico acima mostra a quantidade de menções que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo alcançou de 2018 a 2022. Foram somadas as citações das mídias e dos anos, resultando no total geral de 13.516.

No processo de aperfeiçoamento da comunicação institucional do Tribunal, deve-se mencionar ainda a participação da Assessoria de Imprensa nas atividades, intervenções e projetos ligados ao Planejamento Estratégico, como o que resultou na formalização da Política de Comunicação do TCMSP, disposta na Resolução nº 05/2022, que disciplina e orienta essa atividade.

No âmbito estritamente interno, a Assessoria de Imprensa promoveu uma aproximação com as diversas unidades do TCMSP, atendendo às diversas demandas encaminhadas. Merecem destaques neste quesito a elaboração de roteiros e de vídeos institucionais, enfocando assuntos de competência do Tribunal, cursos de aperfeiçoamento profissional, como o das Trilhas de Capacitação (GRT), seminários, palestras e eventos comemorativos, informações tutoriais, como a série Dicas da UIE e Guia de Acesso ao Protocolo, e utilidade pública, caso dos vídeos da seção Prevenção e Saúde. Cumpre-se destacar que todos os eventos realizados pelas diferentes unidades do Tribunal, particularmente pela Escola de Gestão e Contas (EGC), tiveram a divulgação e a cobertura por meio de flyers e matérias publicadas em portais desta Corte.

Algumas das publicações técnicas, institucionais e sites desenvolvidos

As dificuldades impostas pela pandemia da covid-19 exigiram da Assessoria de Imprensa uma atuação bastante significativa, em cooperação com outras unidades do Tribunal, sobretudo a Presidência e o Setor de Saúde. Nesse período, foram elaborados três manuais com medidas de orientação a serem seguidas pelos servidores e pelas servidoras durante a fase de teletrabalho e posterior ampliação das atividades presenciais. Sob orientação do Setor de Saúde, foram produzidos pela Assessoria de Imprensa todos os materiais de comunicação visual relacionados aos cuidados a serem tomados durante a pandemia do coronavírus nos diversos espaços do TCMSP. A elaboração de boletins de Atos Normativos e o Boletim Coronavírus foram outros produtos informativos criados nessa fase.

Portal do TCMSP

Ouvidoria e transparência

A partir de orientações estratégicas traçadas com base no Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), o TCMSP iniciou, em 2018, a reestruturação de sua Ouvidoria. Em abril de 2019, foi designado o ouvidor, lotado na Presidência, e foram somados à equipe mais dois servidores. Em 2021, com a criação da unidade de Ouvidoria no organograma, seus servidores passam a ser lotados nesta unidade.

Estrutura

Em 2019, foi inaugurada, no Anexo II, a nova sala de atendimento da Ouvidoria, cumprindo os requisitos básicos para implantação de Ouvidorias em Órgãos Públicos, ao instalar-se em lugar de fácil acesso ao público e de acordo com as Normas de Acessibilidade Universal.

A unidade passou a contar com uma estação de trabalho para o Acesso Cidadão e uma sala privativa para atendimento do solicitante que queira fazer sua denúncia ou manifestação presencialmente e de maneira reservada.

Em junho de 2021, a Ouvidoria foi inserida no organograma do TCMSP, por meio da Ordem Interna 06/2021.

Ferramentas de trabalho

Em 2018, a Ouvidoria contava com o sistema Ouvidoria, desenvolvido pelo NTI, para recepção das manifestações próprias de ouvidoria e denúncias. Esse sistema ainda se encontra em uso para recepção de manifestações.

Em maio de 2019, atendendo ao Art.7° do Código de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos, Lei nº 13.460/17, foi publicada a Carta de Serviços ao Usuário, na página da Ouvidoria no Portal do TCMSP.

Qualquer demanda que seja enviada aos canais de atendimento da Ouvidoria passou a receber uma resposta automática, com seu respectivo número e link para acompanhamento pelo solicitante.

Foi adotada a devolutiva, por servidor da Ouvidoria, constando o andamento da manifestação ou o motivo da prorrogação de prazo estipulado pela Lei.

Em setembro de 2019, o TCMSP assinou o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica 16/2019 com a CGU e a Atricon, pelo qual a Ouvidoria do Tribunal ingressou na Rede Nacional de

Ouvidorias, passando a usufruir do Fala.Br, plataforma integrada de Ouvidoria e acesso à informação, criada pela Controladoria Geral da União. Já em dezembro de 2021, foi publicada a Resolução 26/2021 que insere a Instância Recursal das solicitações de LAI na Resolução 29/2019, que trata do acesso à informação no âmbito do TCMSP.

Processos Internos

Com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica 16/2019 e adesão à Rede Nacional de Ouvidorias, em 2019, a Ouvidoria adequou-se às orientações dos Manuais de Implantações de Ouvidorias Públicas, capacitando seus colaboradores por meio dos cursos disponibilizados pela Plataforma ProFoco da CGU.

Os relatórios trimestrais e anuais, publicados na página da Ouvidoria, passaram a conter o Índice de Satisfação do Usuário com o serviço prestado. De acordo com a determinação contida nos Manuais da Rede Nacional de Ouvidorias, foi incluída a Análise Preliminar nos trâmites das manifestações, com posterior registro definitivo e encaminhamento à Presidência, conforme Ordem Interna SG/GAB n° 03/2016.

O acompanhamento das manifestações é diário. Cada atendimento só é arquivado quando alcança o status de concluído.

Em 2022, o Tribunal aderiu ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, que apresenta alguns requisitos que deverão ser adotados pela Ouvidoria do TCMSP. Apenas um deles já está implantado, que seria a divulgação do relatório mensal de atendimentos referentes à LAI, na área de Transparência do Portal do Tribunal. Os demais requisitos serão contemplados no Planejamento Estratégico para 2023.

Relações institucionais e sociedade

Cidadania em Contas – Participação nas apresentações, presenciais ou virtuais, realizadas pelo Tribunal, que levam ao conhecimento da população quais são os meios de exercer o efetivo controle social das contas públicas, por meio de denúncias ou pedidos de informações, o que se configura como exercício de cidadania.

Integração Ouvidorias TCs – Por meio de grupo de WhatsApp integrado por todas as Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil, estabeleceu-se a comunicação frequente para troca de experiências e consultas.

Instituto Rui Barbosa – A Ouvidoria do TCMSP mantém relação com o IRB por meio do Comitê de Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, instituído com a finalidade de promover e desenvolver as atividades de controle nessas áreas. A unidade também integra a Atricon, via MMD-TC.

*A Ouvidoria é um espaço que funciona como uma ponte entre a população e as instituições. É um serviço aberto ao cidadão para escutar as **reivindicações**, as **denúncias**, as **sugestões**, os pedidos de **informação** e também os **elogios** referentes aos diversos serviços disponíveis à população*

Fachada da Escola de Gestão e Contas Públicas

Escola de Gestão e **Contas Públicas**

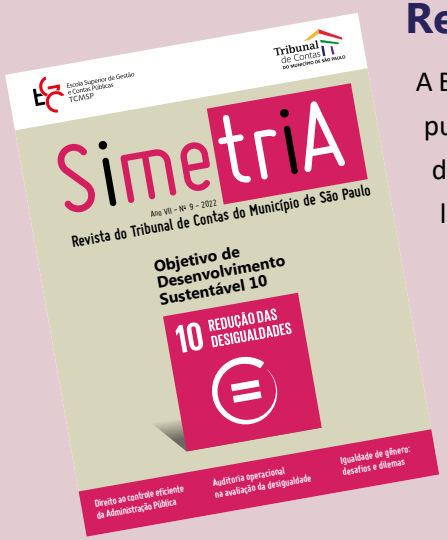
Entre os anos de 2018 e 2022, a Escola de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo contribuiu para a formação de servidores públicos, lotados tanto no Tribunal de Contas do Município de São Paulo quanto na Prefeitura da cidade de São Paulo. Tais formações se estenderam ainda aos membros da sociedade civil, com o propósito de fortalecimento do exercício do controle social e da cidadania.

A Escola atuou em três principais frentes: cursos de extensão, cursos de pós-graduação e palestras. Para além de atividades educacionais, a Escola também foi sede de atividades culturais, debates plurais e um conjunto de eventos de amplitude nacional e internacional. Todas as atividades da Escola são gratuitas, com a finalidade de democratizar o acesso ao conhecimento. Durante o período supracitado, a Escola seguiu a diretriz principal do presidente e conselheiro do TCMSP, João Antonio da Silva Filho, que é a de ser: “Uma janela do Tribunal para a sociedade”.

Por meio de termos de cooperação, a Escola de Gestão e Contas do TCMSP promoveu cursos em parceria com as seguintes instituições: Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (Emasp), Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo (EPCMSP), Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo (EJMESP), Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) e Secretaria Especial de Relações Sociais (SERS).

Alguns cursos foram exclusivos para funcionários da Prefeitura ou do TCMSP, com o intuito de garantir a formação continuada dos servidores públicos e qualificar esses agentes. Entre os cursos destinados aos servidores públicos, encontram-se: Licitação na modalidade pregão – formação de pregoeiro, Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016), Gestão da Mudança na Área da Assistência Social, Contrato de indivisíveis, Fiscalização, Treinamento em acessibilidade e desenho

universal, Casos Práticos de Auditoria: CGU e CGM/SP, Governo aberto, Gestão contratual, Aspectos técnicos da contratação de obras e serviços de engenharia, PPPs e Concessões, Oficina de redação de relatórios e Elaboração do plano de auditoria e matriz de planejamento.



Revista Simetria

A Escola de Gestão e Contas do TCMSP edita a Revista Simetria, publicada em versão digital e impressa, que traz artigos acadêmicos e de opinião. Entre os anos de 2018 e 2022, foram lançadas seis edições, as quais contaram com artigos desenvolvidos por conselheiros do TCMSP e de outros tribunais, membros do corpo técnico de servidores do TCMSP, servidores da Prefeitura de São Paulo, autoridades brasileiras, professores universitários, pesquisadores vinculados a institutos de pesquisa e alunos dos cursos de pós-graduação da Escola de Gestão e Contas do TCMSP.

Ao todo, foram divulgados 68 artigos entre 2018 e 2022, distinguidos pela pluralidade temática, teórica e empírica. A Revista Simetria possui um conjunto de avaliadores responsáveis por realizar análise duplo-cego dos artigos. Os artigos publicados são criteriosos e contribuem para o debate público brasileiro e da cidade de São Paulo.

Concertos Didáticos

Em 2018 e 2019, a Presidência do Tribunal de Contas do TCMSP promoveu um importante projeto musical, intitulado Concertos Didáticos, realizado no Auditório da Escola de Gestão e Contas do TCMSP. O projeto baseou-se em apresentações musicais, sendo que os músicos também prestaram explicações ao público sobre os ritmos e instrumentos que tocavam. Gratuitas e abertas ao público, as apresentações contemplaram, além de servidores do Tribunal e membros da sociedade civil, alunos de escolas públicas municipais da cidade de São Paulo.

Participaram do projeto importantes nomes da música brasileira, como o Grupo Choronas, Ivan Vilela, Trio Maria Fumaça, Associação Cultural de Capuêra Angola Paraguassú, Ná Ozzetti, Dante Ozzetti, Toninho Ferragutti, Salomão Soares, Celso Viáfora, Vicente Barreto, Grupo Čao Laru e Grupo Filarmônica de Passárgada.

Ao todo, foram realizadas 18 apresentações nos dois anos de projeto, sendo que todos os espetáculos tiveram sucesso de público.

Encontros Plurais

O programa Encontros Plurais foi outra iniciativa do TCMSP, realizado na Escola de Gestão e Contas, que promoveu o debate público sobre temas de grande relevância para pensar o presente e o futuro da cidade.

Cine Clube

Em janeiro de 2020, houve a inauguração do Cine Clube com a apresentação do filme *Bacurau*. Ao final, também foi realizado debate, que contou com a participação do ator Thomas Aquino e da atriz e diretora teatral Luaa Gabanini.

Debate com o público após exibição de filme no Cine Clube

Com as restrições impostas pela pandemia de covid-19, as atividades passaram a ser exibidas via streaming. Dentre os filmes exibidos pelo Cine Clube estão: *Era o Hotel Cambridge*, *Estou me guardando para quando o carnaval chegar*, *Quase dois irmãos* e *A hora da estrela*. O Cine Clube foi resultado de parceria entre a Escola de Gestão e Contas do TCMSP com a SPcine e teve sucesso de público mesmo aos sábados.

Sistemas de informação e comunicação

A Escola de Gestão e Contas intensificou o uso de redes sociais e de tecnologia da informação. No período, foram aperfeiçoadas e ampliadas várias ferramentas digitais, como site, newsletter e redes sociais, como Facebook, YouTube, Instagram e WhatsApp. Um exemplo é a transmissão ao vivo e o armazenamento do conteúdo de palestras e eventos da Escola no YouTube.

As atividades da Escola são sempre divulgadas no site e nas redes sociais. Durante os anos de 2020 e 2021, em meio a pandemia de covid-19, todas as atividades migraram para plataformas digitais, em conformidade com decisões das autoridades sanitárias e do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEESP). Os anos de pandemia serviram como relevante momento para aprendizado institucional e desenvolvimento, permitindo testar novas metodologias de ensino e ferramentas digitais.

Observatório de Políticas Públicas

Entre 2019 e 2021, a Escola de Gestão e Contas do TCMSP criou e hospedou o Observatório de Políticas Públicas do TCMSP. Desenvolvido em parceria com a então Subsecretaria de Fiscalização e Controle do TCMSP, o Observatório realizou, em um primeiro momento, reuniões com especialistas da área de políticas públicas e de bancos de dados, com a finalidade de constituir suas bases fundamentais.

Em 2020, ocorreu o seminário de lançamento do Observatório de Políticas Públicas, sendo reconhecido como parte do programa estratégico do TCMSP. A constituição do Observatório contou com importantes especialistas, como Aldaíza Sposati, João

Lançamento do Observatório de Políticas Públicas

Sette Whitaker, José Carlos Vaz, Ladislau Dowbor, Maria Alice Setubal, Maria Luisa Levi, Paulo Saldiva, Tomás Wissenbach e Ursula Dias Peres. Entre os temas de destaque trabalhados nesse período estão: desigualdades na cidade de São Paulo, regionalização do orçamento público, laboratório de políticas públicas, urbanismo e indicadores de educação e saúde.

O Observatório de Políticas Públicas conta com o apoio de outras instituições, como: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade e Assistência Social da PUC-SP (NEPSAS), Observatório De Olho na Quebrada, Rede Nossa São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam Brasil), PUC-SP, Fundação Tide Setubal, UFABC, Instituto Ethos, Faculdade de Medicina da USP, Instituto de Estudos Avançados, Prefeitura Municipal de São Paulo, Uninove, FGV, Centro de Informações de SMS e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Cursos itinerantes

Para expandir o acesso à formação, a Escola oferece, desde 2018, cursos itinerantes nos quais os professores se deslocam até diferentes regiões da cidade de São Paulo ou para outras cidades aumentando a proximidade das aulas com a localidade de residência ou de trabalho dos alunos.

Entre os cursos itinerantes estão: Financiamento da Educação, na Diretoria Regional de Educação da Penha; Eficiência da Administração Pública, na Subprefeitura de Aricanduva, Formosa e Carrão; O Financiamento da Educação no Brasil, na Secretaria Municipal de Educação de Cubatão; e Direitos e Deveres do Servidor Público, no Uniceu Campo Limpo e no Uniceu Capão Redondo. No quadro 1 é possível verificar a quantidade de cursos itinerantes realizados nos anos de 2018 e 2019. Em função da pandemia, não foram realizados cursos itinerantes em 2020 e 2021.

Quadro 1 – Número de cursos itinerantes e alunos participantes entre os anos de 2018 e 2019

Ano	Quantidade de cursos	Número de alunos
2018	20	512
2019	39	1.264

Cidadania

Com o intuito de fortalecer processos de cidadania e qualificar os membros da sociedade civil, a Escola de Gestão e Contas desenvolveu cursos e eventos com a temática de controle social entre os anos de 2018 e 2022. Dentre esses, destacam-se: aperfeiçoamento em Controle Social das Políticas Públicas, especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas, extensão em Gestão e Controle Social, em Controle Social e Políticas Públicas, em Controle Social e Orçamento Público, o núcleo de pesquisa em Políticas Públicas e Controle Social, o Painel Controle Social das Políticas Públicas e o Seminário Controle Externo e Controle Social das Políticas Públicas. A Escola também foi colaboradora no projeto de controle social da Presidência do TCMSP: o Cidadania em Contas.

Após uma experiência piloto em 2018, a direção da Escola de Gestão e Contas instituiu em 2019 atividades no período noturno. Com funcionamento das 18h às 22h, buscou-se ampliar e facilitar o acesso de alunos aos cursos de extensão e de pós-graduação, palestras e seminários oferecidos. Alguns cursos e eventos aconteceram também aos sábados.

Ainda em 2019, foi editada a portaria interna do TCMSP 05/2019, que autorizou o uso de trajes informais pelos alunos nas dependências da Escola. A portaria conjunta SG/GAB e EC nº 01/2019 autorizou aos alunos de cursos de extensão e de pós-graduação a realização de empréstimos de livros na Biblioteca do TCMSP.

Cursos de extensão

Os cursos de extensão da Escola de Gestão e Contas do TCMSP são gratuitos e abertos ao público sem nenhuma restrição, tendo como alunos membros da sociedade civil e servidores públicos do TCMSP, da Prefeitura de São Paulo e de outros órgãos de governo. Entre 2018 e 2021, 17.910 alunos participaram dos cursos de extensão, desenvolvidos sob a perspectiva da humanização e integração das ações pedagógicas, ressignificando-as quanto à formação na busca permanente de uma escola de excelência, com interação, sendo uma escola de cidadania, plural, democrática e republicana.

O quadro 2 apresenta a quantidade de alunos inscritos a cada ano nos cursos de extensão. No quadro 3, é possível conferir a quantidade de turma a cada ano, sendo que entre 2018 e 2021 totalizaram 419 turmas. No período da pandemia por covid-19, os cursos de extensão foram oferecidos por meio de ferramentas digitais. Após o retorno às atividades presenciais, parte dos cursos passou a ser presencial e parte foi mantida a distância.

Quadro 2 – Alunos inscritos em cursos de extensão por ano

Ano	Quantidade de inscritos
2018	2.662
2019	5.175
2020	4.315
2021	5.758
TOTAL	**17.910**

Quadro 3 – Quantidade de turmas de cursos de extensão entre os anos de 2018 e 2022

Ano	Quantidade de turma
2018	99
2019	132
2020	81
2021	107
TOTAL	**419**

Pós-graduação

Em 2018, a Escola de Gestão e Contas do TCMSP recebeu a visita *in loco* dos especialistas do Conselho Estadual de Educação (CEESP), com a finalidade de avaliá-la para o processo de recredenciamento. Após criteriosa análise dos especialistas e deliberação dos conselheiros membros do CEESP em sessão plenária, o recredenciamento da Escola foi concedido, de acordo com o Parecer CEESP 55/2019, publicado no DOE do dia 28 de fevereiro de 2019, com validade de cinco anos, e autoriza a Escola a ofertar cursos de pós-graduação na modalidade especialização e a emitir seus próprios certificados aos alunos concluintes dos cursos.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* da Escola de Gestão e Contas são gratuitos e contam com corpo de docentes qualificados e especialistas nos temas em que ministram aula. Todos os professores possuem título de mestre ou de doutor. Entre os alunos estão servidores públicos da Prefeitura e do Tribunal e membros da sociedade civil. Ingressaram 330 alunos nos cursos de pós-graduação entre os anos de 2018 e 2022. O quadro 4 mostra as turmas de cursos de pós-graduação e a quantidade de alunos que ingressaram em cada uma.

Quadro 4 – Quantidade de alunos que ingressaram nos cursos de pós-graduação por ano

Ano	Curso	Quantidade de alunos
2018	Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas	30
	Aperfeiçoamento em Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil	30
	Especialização em Direito Público Municipal	30
	Aperfeiçoamento em Controle Social das Políticas Públicas	30
2019	Especialização em Direito Público Municipal	35
	Especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas	35
	Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado	35
2021	Especialização em Direito Público Municipal	35
	Especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas	35
	Aperfeiçoamento em Formação Política do Estado	35

Ao longo do período de pandemia por covid-19, as aulas de pós-graduação passaram a ser realizadas via plataformas digitais, para evitar o contato e o contágio de alunos e funcionários. Em 2021, a Escola de Gestão e Contas do TCMSP teve três novos cursos de pós-graduação aprovados pelo Conselho Estadual de Educação: especialização em Direito Administrativo, especialização em Políticas Públicas e especialização em Ética e Filosofia Política: Formação do Estado. No quadro 5, verifica-se a quantidade de alunos matriculados nesses cursos.

Quadro 5 – Número de alunos matriculados em cursos de pós-graduação entre os anos de 2018 e 2021

Ano	Quantidade de alunos
2018	222
2019	238
2020	188
2021	197

Eventos

Em 2019, a Escola de Gestão e Contas do TCMSP sediou o *X Educontas – Encontro Nacional dos Técnicos de Educação Profissional das Escolas de Contas*. Seu tema foi O que a sociedade brasileira espera dos Tribunais de Contas do Brasil e o papel das Escolas de Gestão e Contas. Estiveram presentes 191 participantes de todas as 32 Escolas de Gestão e Contas do Brasil. Na programação, constaram palestras, oficinas, debates, mesas técnicas e rodas de conversa. Ao longo dos três dias de evento, reuniram-se especialistas, representantes de entidades da sociedade civil, parlamentares, estudiosos, jornalistas, professores, alunos, conselheiros e profissionais das Escolas dos Tribunais de Contas.

Entre os participantes de destaque estiveram: conselheiro João Antônio da Silva Filho, conselheira Doris Coutinho, conselheiro Ivan Bonilha, conselheiro Fábio Tulio Filgueiras Nogueira, conselheiro Mauricio Faria, conselheiro Edilson de Souza Silva, professor Amir Khair, jornalista João Villaverde, deputado federal suplente Douglas Belchior, deputado estadual Daniel José, professora Ana Carolina Evangelista, jornalista Kennedy Alencar, professor Thomaz Barbosa, professor Ricardo Sennes, ministro Jorge Hage, representante do Instituto Ethos Caio Magri e representante do Unicef Adriana Alvarenga. O evento contou com a apresentação do grupo musical João Rubinato, cantando músicas de Adoniram Barbosa.

Em 2020, a Escola de Gestão e Contas sediou pelo segundo ano consecutivo o *XI Educontas* que, por razões da pandemia de covid-19, aconteceu na modalidade on-line. O número de inscritos foi de 234. O tema desta edição foi Ensino Remoto Emergencial. O evento foi organizado em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB). Participaram importantes especialistas, como o professor Jacoby Fernandes.

A Escola de Gestão e Contas do TCMSP promoveu uma variada gama de palestras e eventos entre 2018 e 2022. Nesse período, uma pluralidade de especialistas e autoridades em diversos temas ministraram palestras, como: Celso Antonio Bandeira de Mello, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Gisele Cittadino, Juarez Xavier Tavares, Luiz Alberto Araújo, Márcio Cammarosano, Marco Antônio Mar-

Fórum Nacional de Auditoria 2019

Formatura de turma de pós-graduação

ques da Silva, Maria Cristina De Cicco, Pablo Ángel Colantuono, Paolo Bianchi, Paulo Kliass, Pedro Serrano, Pietro Lora Alarcón, Roque Antonio Carrazza, Rubens Casara, Vidal Serrano Junior e Weida Zancaner.

No quadro 5, é possível observar a quantidade de eventos por ano e de participantes dos 299 eventos realizados entre 2018 e 2021, que atingiram um público de 23.514 pessoas.

Quadro 6 - Quantidade de eventos e participantes de eventos entre os anos de 2018 e 2021

Ano	Número de eventos	Quantidade de participantes
2018	45	4.459
2019	85	5.046
2020	83	3.550
2021	86	10.459
TOTAL	**299**	**23.514**

Entre os eventos de maior destaque, estão: *Seminário Internacional: 30 Anos da Constituição de 1988*, curso internacional *Estruturação, Implementação e Gestão de Projetos de Infraestrutura*, palestra *Ramos de Azevedo e a arquitetura que moldou São Paulo*, palestra *Victor Brecheret e suas marcas por São Paulo*, palestra *Prestes Maia e a expansão da cidade de São Paulo*, seminário *Campanha da Fraternidade 2019: Fraternidade e Políticas Públicas*, conferência *Sistema de Controle Externo no Estado Democrático de Direito* e *Fórum Nacional de Auditoria*.

Com o início da pandemia por covid-19, houve avanço no uso de tecnologias da informação, como o streaming. Diversas palestras e eventos ocorreram on-line e, só em 2021, tiveram 55,9 mil visualizações no YouTube. Nesse contexto, foram realizadas várias séries de eventos on-line.

Em 2020, a série Tardes de Conhecimento, projeto conjunto da Escola com a Associação dos Auditores do TCMSP (AudTCMSP), teve o apoio do Instituto Rui Barbosa e recebeu o selo Fórum Nacional de Auditoria. Foi um ciclo de dez eventos, conduzidos quinzenalmente nas tardes de terça-feira. A série tratou das normas brasileiras e de outros importantes temas ligados à auditoria e contou com a participação de auditores e demais interessados no controle externo de todo o Brasil. Cada episódio contou com dois auditores palestrantes, dos mais diversos Tribunais de Contas do Brasil, e teve a participação entusiasmada do público por meio do chat do YouTube. Outro evento teve como tema Direito Administrativo Sancionador, assunto de interesse do controle externo.

Observatório de Políticas Públicas TCMSP

O Observatório de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo é uma iniciativa que nasceu originalmente na Escola de Gestão e Contas do TCMSP, com fundamental apoio do conselheiro Mauricio Faria, então conselheiro-dirigente da Escola, e da Presidência do Tribunal na gestão do conselheiro João Antonio da Silva Filho. A iniciativa visa fortalecer o papel do Tribunal na avaliação da efetividade das políticas públicas no município de São Paulo.

No caso, a análise da efetividade das políticas públicas tem como foco a redução das desigualdades socioespaciais, com a implantação e execução das políticas e do gasto público. Está alinhada com os instrumentos de planejamento do município e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constantes na Agenda 2030 da ONU.

A criação do Observatório também dialoga com a Declaração de Moscou, resultado do *Congresso Internacional das Instituições Superiores de Controle* (Incosai), ocorrido na Rússia, em setembro de 2019. Esse documento orienta para a ampliação da atuação dos Tribunais de Contas nos diferentes países, sugerindo a ampliação do controle social na fiscalização dos resultados de Políticas Públicas, aprofundando as análises de dados para impactar de forma positiva a gestão pública.

Desde sua origem, o Observatório conta com a parceria de diferentes instituições acadêmicas, públicas e privadas, e da sociedade civil. Essa parceria permite um círculo virtuoso, onde o saber e a produção acadêmica aprofundam as análises das políticas públicas e os dados e indicadores gerados pelo Observatório servem de insumos para novos estudos e produção acadêmica.

Importante destacar, ainda, a parceria com diferentes secretarias municipais, de acordo com as áreas de atuação do Observatório. Essa parceria é valiosa, seja porque as secretarias são responsáveis pela execução das políticas públicas, seja porque muitas delas já trabalham com dados e indicadores importantes para o sucesso do Observatório.

O trabalho do Observatório teve início com as áreas de Educação, Saúde, Urbanismo, Regionalização do Orçamento e, mais recentemente, pela importância do tema na redução das desigualdades, foi criado um grupo específico de trabalho com o marcador de Gênero.

A etapa inicial de trabalho do Observatório foi caracterizada pela escuta de um processo consistente de diálogos intra e interinstitucionais, mapeamentos, reflexões metodológicas e ações em direção à institucionalização do Observatório. Nessa direção, os diálogos com especialistas foram essenciais para a construção das diretrizes e da identidade do Observatório. Na fase preliminar, foram consultados alguns professores e pesquisadores de instituições notórias, que gentilmente aceitaram o convite para discutir a proposta da equipe da Escola de Gestão e Contas.

Os especialistas ajudaram a identificar iniciativas afins ao Observatório de Políticas Públicas, a delimitar o escopo, a discutir metodologias e tecnologias para a extração de dados e, sobretudo, a apontar as vantagens do programa em ser gestado no bojo deste órgão de controle externo.

Embora tenham sido ouvidos separadamente, houve consenso nos tópicos destacados pelos especialistas:

1. A singularidade da expertise e da sistematização das informações desenvolvida pelo TCMSP;
2. A importância do enfoque às desigualdades sociais e o seu imprescindível enfrentamento;
3. A importância da regionalização do orçamento para aperfeiçoar as políticas públicas, e o papel do TCMSP na sua indução;
4. A Subprefeitura como território de observação intersecretarial da execução orçamentária;
5. A necessidade de realizar a análise transversal do território, inclusive a política urbana;
6. A relevância das diretrizes apontadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
7. Educação, Saúde e Urbanismo como políticas públicas de observação prioritária, sem perder de vista a transversalidade e as políticas de menor peso orçamentário;
8. As possibilidades de cooperação acadêmica e o fomento à inovação tecnológica.

Cada diálogo evidenciou que o programa teria forte vocação para a parceria com centros de pesquisa de universidades e de

organizações da sociedade civil. Também se ratificou a necessidade de fortalecer as parcerias internas e de estreitar o compromisso das unidades do TCMSP como um todo.

Tornou-se inequívoco o potencial que o Observatório teria para avançar na transparência ativa, conectar o controle social e o Controle Externo, e ampliar a visibilidade do TCMSP junto à sociedade civil.

A incorporação da avaliação de políticas públicas nas atribuições do Controle Externo corroborou a relevância do Observatório para todas as unidades do TCMSP, em especial a Subsecretaria de Controle Externo (SCE), por ser a unidade-fim.

Foram constituídos Grupos de Trabalho por temas, desafios e coordenações.

Grupos de Trabalho

GT SAÚDE

O GT de Saúde é coordenado pela assessora do Gabinete da Presidência Sofia Rolim e tem coordenação adjunta da auditora Mariana Cruz Ferreira. O grupo tem se dedicado à elaboração de produtos sobre os seguintes temas: atenção básica, prestação de contas das Organizações Sociais de Saúde (OSS), regionalização do orçamento da saúde, saúde mental, telemedicina, saúde da mulher e acompanhamento do Plano Municipal de Saúde.

GT EDUCAÇÃO

O GT de Educação é coordenado pela assessora da Unidade de Informações Estratégicas Marian Bellamy e tem coordenação adjunta da auditora Aline Ceresino. O grupo tem se dedicado aos seguintes temas: acompanhamento do Plano Municipal de Educação, perfil dos gastos das unidades educacionais com Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF), *turnover* de profissionais, análise das condições sociais na região dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) antes e depois da sua implantação, e evasão escolar e déficit de acesso à educação na pandemia.

GT URBANISMO

O GT de Urbanismo tem coordenação da assessora jurídica chefe Egle Monteiro e coordenação adjunta de Harmi Takiya, assessora do Gabinete da Presidência. O grupo tem se dedicado à realização de análises sobre infraestrutura de

iluminação pública e sua relação com índices de violência urbana, transporte público, meio-físico e dados socioeconômicos, e utilização dos recursos extraorçamentários das Operações Urbanas Consorciadas e da Outorga Onerosa do Direito de Construir.

GT GÊNERO

O GT de Gênero é coordenado pela chefe de Gabinete da Presidência Angélica Fernandes e tem coordenação adjunta da professora da Escola de Gestão e Contas Suelem Benício. O grupo tem como foco a identificação de desigualdades de gênero nas políticas e no gasto público municipal, trabalhando com o Plano Municipal de Políticas para Mulheres e o enfrentamento à violência contra a mulher.

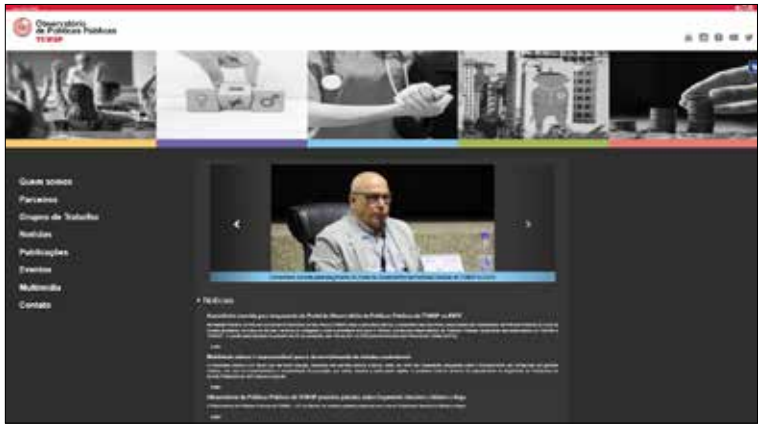
GT REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

O GT de Regionalização do Orçamento é coordenado pelo chefe da Unidade de Informações Estratégicas, Dilson Ferreira, e tem a coordenação adjunta do assessor do Gabinete da Presidência, Marcos Barreto. Nas discussões realizadas pelo GT, tem sido reafirmada a importância de se conhecer a dinâmica do gasto público no território para que a administração pública detecte disparidades, permitindo ao poder público conhecer e reduzir as desigualdades na cidade de São Paulo. De uma regionalização já conhecida inicialmente de cerca de 20% da despesa da Prefeitura, foi possível ampliar esse percentual para cerca de 60%, um aumento expressivo e importante para conhecer a despesa pelo território.

Lançamento oficial

Em 2022, por decisão do Pleno, o Observatório de Políticas Públicas passou a ter como coordenador o conselheiro Mauricio Faria e sua coordenação executiva e alocação na estrutura da Presidência deste Tribunal.

Em novembro, durante o *VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas*, organizado pela Atricon, foi lançado o site do Observatório de Políticas Públicas dos TCMSP em conjunto com outra experiência similar desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Embora tenham percorrido caminhos distintos, ambas iniciativas demonstram a relevância do tema de avaliação de políticas públicas por parte do controle externo e podem servir de estímulo para que outros Tribunais de Contas pelo país constituam seus observatórios.



O site do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP concentrará as informações sobre as atividades desenvolvidas pelos GTs

Núcleo de Boas Práticas

O Núcleo de Boas Práticas (NBP) – vinculado ao Gabinete da Presidência – foi criado com atribuições que espelham o compromisso do Tribunal de Contas do Município de São Paulo em ampliar seu protagonismo no Sistema de Controle Externo, por meio de ações colaborativas coordenadas junto a diversas entidades com as quais se relaciona no país e no exterior.

Dentre essas atribuições, destacam-se:

1. Realizar estudos sobre boas práticas nacionais e internacionais para a administração pública, com vistas a subsidiar o exercício do controle externo;

2. Assessorar o presidente do Tribunal quando participar de entidade representativa do Sistema de Tribunais de Contas, realizando a coordenação das atividades técnicas e administrativas correspondentes;

3. Assessorar e/ou representar, quando designado, o presidente do Tribunal nos assuntos relativos à ampliação das relações institucionais, no desempenho de atividades locais e de âmbito nacional, fomentando a participação do órgão nos projetos em parceria com demais entidades do Sistema de Tribunais de Contas;

4. Representar, quando designado pelo presidente, o Tribunal perante outros órgãos e entidades representativas do Sistema de Tribunais de Contas, divulgando ações e realizando intercâmbio de informações.

Outra tarefa fundamental do NBP é atuar como instância indutora da inovação, da qualidade e da efetividade das atividades de controle externo, sem prejuízo das atividades realizadas por outras unidades. Além disso, tem como missão coordenar, por delegação da Presidência, a execução de projetos estratégicos das entidades do Sistema de Controle Externo Brasileiro.

A seguir, estão elencados alguns dos resultados produzidos pelo NBP.

GT-Transportes

Participantes do GT-Transportes

Criado pela portaria Nº 006, de 18 de abril de 2022 da Atricon, o GT-Transportes teve como coordenador o conselheiro João Antonio da Silva Filho e como coordenador executivo o assessor da Presidência Lívio Fornazieri. Reuniu membros e auditores de controle externo de doze Tribunais de Contas Brasileiros. Em menos de quatro meses, produziu dois documentos:

- Diagnóstico dos problemas relativos à prestação do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus e elaboração de recomendações para a solução dos diferentes temas apurados (Guia de Boas Práticas para os Gestores Públicos);
- Nota Recomendatória aos Tribunais de Contas brasileiros quanto à fiscalização do transporte coletivo urbano por ônibus, com o objetivo de contribuir para o avanço da atuação das Cortes de Contas e de capacitar seus membros e auditores de Controle Externo.

GT-Resíduos Sólidos

Criado por determinação do Plenário, o grupo de três servidores do TCMSP realizou, em novembro de 2022, visita guiada a três cidades europeias líderes em Resíduo Zero: Milão e Treviso (Itália) e Liubliana (Eslovênia). O objetivo do GT é conhecer as melhores práticas internacionais e elaborar relatório técnico que será entregue ao Plenário desta Corte. Esse conhecimento poderá ter impacto positivo, posteriormente, na formulação de novo edital para tratamento de resíduos sólidos na cidade de São Paulo.

MMD-TC

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo sediou o treinamento do Marco de Medição do Desempenho (MMD-TC) para as Comissões de Avaliação e Controle de Qualidade dos Tribunais de Contas brasileiros nos ciclos de 2019 e 2022. Cada um dos treinamentos atingiu aproximadamente 200 servidores das Cortes de Contas.

O MMD-TC faz parte do Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC) e tem como objetivo monitorar, avaliar e disseminar as boas práticas de controle e de gestão das Cortes de Contas brasileiras.

Em 2019, o conselheiro Paulo Curi Neto (TCE-RO), em nome do presidente da Atricon, conselheiro Fábio Nogueira (TCE-PB), fez um agradecimento especial ao TCMSP e reconheceu os esforços da atual Presidência para se integrar ao sistema MMD-TC e buscar as convergências necessárias para esse fim, em parceria com a Atricon.

No ciclo de 2022, o conselheiro Sebastião Ranna (TCE-ES) elogiou o quadro técnico do TCMSP e engrandeceu o cumprimento da meta maior do Marco, que é avaliar o valor e os benefícios que os Tribunais de Contas devolvem à sociedade. Ele também destacou a atuação do TCMSP nos indicadores criados provisoriamente para avaliação pós-crise sanitária mundial, ocasionada pela covid-19.

Encerramento da reunião do MMD-TC

Ranna mencionou, ainda, três

atividades desenvolvidas pelo órgão e que, segundo ele, são exemplos de Boas Práticas a serem apresentadas aos demais tribunais: o programa Mentoria a gestores, realizado pela Gestão das Relações de Trabalho (GRT), e os sistemas Átomo-Radar e Iris, desenvolvidos pela Unidade de Informação Estratégica (UIE).

USTDA

Termo de Acordo de Assistência Técnica firmado entre o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o governo dos Estados Unidos, por intermédio da Agência de Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (USTDA), com o objetivo de doação de fundos para o financiamento do custeio de serviço de Assessoria Técnica para o fortalecimento de auditoria operacional em licitações e contratos administrativos nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos.

O TCMSP integra a equipe técnica do IRB que selecionou a empresa de consultoria americana para prestar serviços de assessoria técnica, visando ao enrobustecimento da auditoria operacional em licitações e contratos administrativos, nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos.

Iniciativas Legislativas

Dentro da competência da Vice-Presidência de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos da Atricon, exercida pelo conselheiro João Antonio da Silva Filho, foram executados e entregues dois projetos:

1. **Levantamento das Iniciativas Legislativas**, em andamento nas casas legislativas nacionais, estaduais ou municipais, que possam afetar a atuação desta Egrégia Corte de Contas ou de seus membros; ou, ainda, que tenham por objeto temas de relevância ao controle externo;

2. **Monitoramento das Iniciativas Legislativas:** O NBP, em nome da Vice-Presidência, realizou o levantamento das iniciativas legislativas e coordenou a contratação do Sistema Inteligov, que permite o monitoramento on-line dos projetos de lei em quase todas as casas legislativas brasileiras (com exceção de três estados).

Atividades do **Serviço de Saúde**

O Serviço de Saúde do Tribunal de Contas do Município de São Paulo conta com equipe multiprofissional composta por médicos, profissionais de enfermagem, fisioterapeutas e cirurgiões dentista em dinâmica de trabalho integrado e resolutivo.

Presta atendimento ambulatorial para os servidores ativos e aposentados, seus dependentes e prestadores de serviço, funcionando das 7h às 19h, sem necessidade de agendamento prévio de consulta, com o atendimento realizado conforme a demanda.

Campanha de doação de sangue no TCMSP

A estrutura física é composta por cinco consultórios médicos, uma sala de enfermagem para procedimentos, dois consultórios de fisioterapia e um consultório odontológico.

O Serviço de Saúde mantém o registro dos atendimentos em prontuários de saúde totalmente digitais de acordo com as normas éticas e a Lei Geral de Proteção de Dados.

A unidade realiza campanhas periódicas para os servidores, abordando temas relacionados à prevenção e ao tratamento de doenças, com destaque para iniciativas como Campanhas de vacinação: gripe (anualmente), febre amarela, sarampo seguindo calendário do Ministério da Saúde; Campanha de saúde ocular; Campanha de saúde auditiva; Doação de sangue; Palestras sobre temas relevantes em saúde; Monitoramento de focos de mosquitos no TCMSP, em parceria com a Suvis/Jabaquara.

Principais ações no período da pandemia da covid-19 (2020 a 2022)

- Início da Pandemia: afastamento para teletrabalho dos servidores com comorbidades e acima de 60 anos.
- Período de isolamento: acompanhamento da saúde física e mental dos servidores e colaboradores durante o isolamento obrigatório.
- Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde com a implantação do posto de vacinação contra a covid-19 nas dependências do TCMSP.
- Adoção do trabalho híbrido: afastamento para teletrabalho nos casos suspeitos e confirmados de covid-19 de servidores e familiares.
- Monitoramento permanente de casos confirmados

ou suspeitos de covid-19: orientação sobre tratamento e isolamento de acordo com os protocolos sanitários vigentes e controle vacinal.

- Criação de canal de comunicação com os servidores pelo WhatsApp institucional.
- Vigilância constante dos servidores e colaboradores, além de todos que adentraram no TCMSP, sobre a obrigatoriedade de vacinação contra a covid-19.
- Implantação de teleconsulta e prescrição digital, corroborando com o preconizado isolamento social.
- O Serviço de Saúde contou com o apoio irrestrito da Presidência e do Pleno, em relação às medidas adotadas durante a pandemia. Registra-se, ainda, o respeito incondicional dos servidores e colaboradores em atender às determinações do Serviço de Saúde do TCMSP, com base nas normas sanitárias municipais.

TCMSP debateu os impactos da pandemia em São Paulo, com especialistas em diversas áreas

TCMSP oferece formação para integrantes da Guarda Civil Metropolitana

Guarda Civil Metropolitana e humanização da segurança interna

Desde que iniciou sua atuação no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) presta serviços em consonância com as determinações emanadas pelo Pleno desta instituição, amparadas no respeito e na reciprocidade dos colaboradores e das colaboradoras e na busca por um constante processo de interação.

Isso motivou o desenvolvimento das habilidades e atitudes do efetivo da GCM/TCMSP, culminando no crescimento pessoal e profissional dos seus quadros.

Do efetivo da GCM e seu trabalho

Equipe feminina lotada no TCMSP

O efetivo da GCM no TCMSP trabalha 24 horas ininterruptamente, em quatro períodos, na escala 12 x 36, nos períodos das 6h às 18h e das 18h às 6h, atendendo o edifício-sede com quatro torres de elevadores, três andares e um mezanino, uma esplanada, portarias A e B, alamedas A e B, dois estacionamentos, três prédios anexos, prédio da Escola de Gestão e Contas, uma central de telefonia e duas agências bancárias. Responde pela segurança e recepção das autoridades que compõem o Pleno e de aproximadamente 700 colaboradores, além do acompanhamento das sessões plenárias e demais eventos realizados no Tribunal.

Desde a publicação, no DOC de 23 de janeiro de 2018, da designação da inspetora Ivonete Farias como coordenadora da Comissão Permanente de Segurança e sua delegação para o acompanhamento do Plano de Segurança de que trata a Ordem Interna SG/GAB 05/2010, registram-se as seguintes ocorrências:

- Incentivada pela Presidência desta Corte, a inspetora Ivonete Farias concluiu curso de pós-graduação em Segurança Pública e Cidadania e atualmente é mestranda do *stricto sensu* em Psicologia Organizacional, visando oferecer maior eficiência aos serviços prestados;
- A equipe subordinada tem participado e é incentivada a participar de cursos de aperfeiçoamento em consonância com as diretrizes desta Corte e do comando da GCM, buscando crescimento pessoal e profissional;
- A equipe trabalha em conjunto com a Presidência e o Cerimonial, com uma nova dinâmica em eventos de pequeno e grande porte, tanto externos quanto internos;
- No *drive-thru* para a vacinação contra covid-19, a GCM/TCMSP executou serviços de segurança, recepção e orientação, cumprindo determinações pontuais, que visavam a humanização do atendimento;
- No que diz respeito à Escola de Gestão e Contas, a GCM/TCMSP realiza a recepção, orientação e direcionamento de visitantes e alunos;
- Em relação às portarias A e B, a equipe está amparada por equipamentos e condições para recepção de autoridades, funcionários e visitantes;
- No período da pandemia de covid-19, a GCM/TCMSP atuou de forma ininterrupta, em sintonia com a equipe da Saúde, o que possibilitou atravessar os momentos mais difíceis com serenidade, cuidados redobrados e maior atenção às demandas impostas pela circulação do vírus nos espaços sob sua responsabilidade;
- A equipe da GCM/TCMSP também atua no serviço de telefonia, cumprindo as diretrizes da ISO 9001, que visam ao melhor desempenho e à maior eficiência. A meta é manter um atendimento de respeito e urbanidade, baseado no respeito aos direitos humanos;
- Outro ponto de destaque é que, em função do planejamento e da logística, foi necessária a presença de um Brigadista Volante, que atua de forma a melhorar o desempenho da Brigada de Incêndio no TCMSP;

- A equipe da GCM cuida de todos os procedimentos necessários para o treinamento da Brigada de Incêndio, efetuando contatos com órgãos externos, como o Corpo de Bombeiros;
- Nas sessões plenárias, a GCM/TCMSP recepciona autoridades e presta apoio geral, para garantir a sensação de segurança do Pleno, de colaboradores e de participantes externos;
- O efetivo da GCM/TCMSP cuida dos serviços de estacionamento do Tribunal, com atenção redobrada em dias de chuva, alertando funcionários, bem como visitantes e transeuntes das adjacências, quanto ao risco de enchentes e alagamentos, de modo a evitar possíveis sinistros;
- Com o objetivo de humanizar o atendimento e a recepção do público externo e proporcionar a sensação de segurança e de acolhimento, foi instituído o terceiro uniforme (social ou terninho preto) para o efetivo feminino da GCM/TCMSP utilizar nas ocasiões em que são realizados eventos internos ou externos;
- Para melhor segurança do edifício-sede e adjacências, a equipe da GCM/TCMSP executa serviços de segurança preventiva, por meio de ronda e policiamento ostensivo, com atendimento comunitário, sempre fundamentado nos direitos humanos e respeito à dignidade humana.

Desafios para o **próximo período**

Uma instituição independente e autônoma de controle e fiscalização do orçamento público, especialmente daquele voltado às políticas públicas para o atendimento dos cidadãos e das cidadãs, só é eficaz se contar com um corpo de servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras, bem dimensionado, motivado e com elevada capacidade técnica. Tampouco pode prescindir de uma robusta estrutura organizacional e de procedimentos de trabalho modernos e eficientes.

Ultimamente, as instituições públicas e privadas têm passado por constantes e significativas mutações em sua conformação. Unidades de trabalho e de processos são criadas para melhor planejar, gerir e promover a governança, o monitoramento e o efetivo cumprimento de suas missões.

Tal realidade não é diferente para o Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Nesse sentido, ao longo dos últimos cinco anos, o TCMSP criou instâncias próprias para a promoção do planejamento estratégico e a revisão de processos, reorganizou a divisão de atividades e de recursos, bem como os métodos de controle interno, com fins de cumprir seus objetivos, e implementou uma unidade específica para tratamento de informações estratégicas e de trabalho de inteligência, dentre outras iniciativas bem-sucedidas.

Dessa perspectiva, é fundamental que as estruturas e os métodos continuem sendo redesenhados e aprimorados para a obtenção de resultados superiores na atividade que justifica a existência do TCMSP: o controle externo da administração pública municipal, nos aspectos preventivo, repressivo, quando necessário, e colaborativo.

As exigências do presente e os desafios do futuro passam por aceleradas modificações. Destarte, urge o investimento contínuo e cada vez mais acentuado na formação e especialização, não apenas daqueles que exercem a atividade-fim do Tribunal de Contas, mas também de todos os que são responsáveis por oferecer meios e suporte à consecução dos resultados objetivados.

Dessa maneira, é fundamental que o Tribunal dê andamento ao segundo ciclo de planejamento estratégico, que deverá ser discutido e elaborado em 2023, com início de vigência em 2024. Igualmente, é também imperioso assegurar a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade, a partir da contratação de organismo certificador para um novo ciclo de 36 meses. Garantir o alinhamento com as melhores práticas já experimentadas por outros Tribunais de Contas e com as orientações expedidas pela Atricon e pelo IRB é, de igual forma, essencial.

Colegiado no período de 2018 a 2020: conselheiros Edson Simões, Mauricio Faria, João Antonio da Silva Filho, Domingos Dissei e Roberto Braguim

Na esteira dos avanços percebidos e diante de

um cenário de profundas transformações, é indispensável que o Tribunal possa dar um passo adiante e consiga implantar, em conjunto com as discussões do próximo planejamento estratégico, um processo de modernização administrativa que conte com uma consultoria externa e que seja sustentado, especialmente, por três pilares: revisão e atualização do organograma, tratamento de questões relativas à vida funcional dos servidores e aprimoramento dos processos de trabalho. Além disso, é oportuno consolidar o Sistema de Governança e Gestão do TCMSP.

Destaca-se, ainda, a relevância da continuidade e reforço das auditorias transversais e operacionais, destinadas a avaliar políticas públicas de modo concomitante e numa perspectiva que se estenda para além da análise de conformidade de procedimentos licitatórios e da execução contratual levados a cabo pelo poder público municipal. Da mesma forma, configuram-se como incitações permanentes em relação ao futuro o ajuste da gestão e a ampliação e consolidação das mesas técnicas, realizadas durante a instrução de processos de fiscalização, com o objetivo de esclarecimento de apontamentos e de justificativas, com fulcro na cooperação interinstitucional. Essas reuniões foram instituídas também com o objetivo de dar maior transparência aos atos da administração pública, celeridade nas decisões do Tribunal e diminuição de tensões inerentes ao processo democrático, aproximando os poderes. Sua realização já comprovou o quanto suas atividades são indispensáveis para a construção coletiva do saber e das atividades práticas focadas no serviço público.

No âmbito interno, cabe ressaltar a necessidade de aprendizado por parte dos servidores da instituição, bem como de internalização de uma cultura sustentável e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estruturada em ações integradas e não apenas iniciativas pontuais.

Já no âmbito externo, sublinha-se a importância da liderança pelo exemplo, ou seja, a partir de suas próprias iniciativas e de sua missão institucional, o Tribunal

Colegiado 2020 a 2022: João Antonio da Silva Filho (presidente), Roberto Braguim (vice-presidente em 2021 e conselheiro-corregedor em 2022), Eduardo Tuma (conselheiro-corregedor em 2021 e vice-presidente em 2022), Mauricio Faria e Domingos Dissei

deve incentivar e colaborar para que as políticas e programas da administração pública contribuam para o alcance das metas e dos indicadores previstos para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Nesse sentido, a continuidade das atividades do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP se coloca como imprescindível, cabendo ainda destacar o pioneirismo da iniciativa ao lado do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Diversos projetos de melhoria estão em andamento e, para sua efetivação aderente às Normas Brasileiras de Auditoria do Serviço Público e às melhores práticas de gestão, é primordial que se conte com um corpo técnico capacitado e em quantidade suficiente de auditores.

O TCMSP ainda enfrenta um imenso desafio: ao mesmo tempo em que o quadro de servidores fica cada vez mais reduzido, por conta de aposentadorias e afasta-

mentos, é necessário adquirir novos profissionais com capacidades relacionadas principalmente à ciência de dados e ferramentas tecnológicas, de forma a elevar o padrão de qualidade do trabalho.

A chegada de novos auditores na Subsecretaria de Controle Externo se faz premente para que os avanços conquistados até o momento não sejam perdidos, assim como para alcançar novos patamares, propiciando uma atuação cada vez mais célere, competente, efetiva e capaz de gerar inúmeros benefícios quantitativos e qualitativos para a vida do cidadão paulistano.

Em termos de recursos tecnológicos, é imprescindível ampliar e difundir o seu uso, de modo a incrementar as ações de fiscalização, gerando análises mais consistentes, embasadas e de melhor qualidade. Cumpre também manter-se atualizado com o que há de mais moderno em termos comunicacionais, para garantir a concreta comunicação com os diversos públicos desta Casa. Nesse sentido, torna-se prioritário o estreitamento das relações com a imprensa, fornecendo subsídios para amplificação do controle social de caráter preventivo e concomitante da sociedade em relação às políticas públicas.

Muito também se avançou neste período em relação à comunicação com a sociedade e com a mídia, o que amplificou o conhecimento sobre a atuação do TCMSP e sua contribuição para a melhoria de vida dos munícipes. É preciso aprofundar e melhorar ainda mais as ferramentas e os métodos de se comunicar com a população, principalmente em relação à linguagem e aos meios mais adequados para atingir um público tão amplo e multifacetado. E pensar essa relação de proximidade sempre na perspectiva de incentivar nos cidadãos e nas cidadãs o desejo de exercer o controle social sobre as contas públicas.

Tais iniciativas vêm ao encontro dos valores de institucionalidade, ética, agilidade, efetividade, profissionalismo, qualidade, inovação tecnológica, responsabilidade e transparência, pilares deste Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Alguns momentos do percurso

Jubileu de Ouro do TCMSP

Novembro 2018

Celebração do Jubileu de Ouro

Carimbo, Selo e Logo comemorativos pelos 50 anos do TCMSP

Os ex-conselheiros Antonio Carlos Caruso, Paulo Planet Buarque e Eurípedes Sales marcaram presença no evento

Descerramento de placa comemorativa ao Jubileu por representantes da comunidade japonesa no jardim das cerejeiras do TCMSP

Cerimônia de entrega do Colar de Mérito “Prefeito Brigadeiro Faria Lima”

Novembro 2021

Conselheiro Roberto Braguim entrega Láurea de Reconhecimento ao ministro do STF Enrique Ricardo Lewandowski

Conselheiro João Antonio entrega o Colar de Mérito “Prefeito Brigadeiro Faria Lima” ao jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, que estava acompanhado de sua esposa, a jurista Weida Zancaner

Cerimônia de entrega

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, participou da cerimônia

Conselheiro Domingos Dissei entrega Colar de Mérito “Prefeito Brigadeiro Faria Lima” ao juiz federal Silvio Luís Ferreira da Rocha

Conselheiro Eduardo Tuma entrega a honraria ao prefeito Bruno Covas (in memoriam) *por meio do filho Tomás Covas Lopes*

Acordos de Cooperação Técnica

Além de firmar Acordo de Cooperação com o Crea-SP, o TCMSP realizou seminário sobre o Livro de Ordem

Com o Creci-SP, foi firmado termo de cooperação para parecer técnico sobre valoração de imóveis

Presidente do Crea-SP, Vinicius Marchese, ao lado dos conselheiros João Antonio da Silva Filho e Domingos Dissei

Equipes do TCMSP e do Creci-SP

Com a Procuradoria Geral do Município, acordo prevê intercâmbio de informações das respectivas bases de dados

TCMSP também firmou acordo com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Selo de Acessibilidade

Julho 2018

Evento teve tradução em Libras

Secretário municipal de Esportes e Lazer, João Farias, conselheiro Domingos Dissei, conselheiro João Antonio, secretário municipal da Pessoa com Deficiência, Cid Torquato, conselheiro Roberto Braguim, conselheiro Edson Simões e vereador Adilson Amadeu

TCMSP recebe o Selo de Acessibilidade por adequar seus espaços à circulação de pessoas com deficiência

Plenário do TCMSP estava lotado para acompanhar a cerimônia

X Educontas – Encontro Técnico de Educação Profissional dos Tribunais de Contas

Agosto 2019

Abertura do X Educontas

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, do TCE-PB e ex-presidente da Atricon

Conselheiro Mauricio Faria (ao centro) e Maurício Xixo Piragino, ex-diretor-presidente da EGC (à direita)

Economista Amir Khair

Evento reuniu conselheiros de Tribunais de todo o Brasil

Professora Ana Carla Bliacheriene, atual diretora-presidente da EGC

Congresso Internacional do Fórum Ibero-americano de Direito Administrativo (FIDA)

Outubro 2019

Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, elogiou o TCMSP e a Câmara pelo empenho em organizar o evento

Presidente do FIDA Jaime Rodriguez Arana Muñoz

Direção do FIDA é recebida no Gabinete da Presidência

Encontro foi realizado no Plenário do TCMSP no dia 7 de outubro

Congresso contou com diversas palestras que discutiram temas relevantes para controle de contas públicas

Em dois volumes, foram reunidos artigos de juristas nacionais e internacionais sobre Controle Administrativo

Programa Cidadania em Contas

Apresentação sobre o trabalho do TCMSP na Subprefeitura Campo Limpo

O programa esteve em 17 Subprefeituras, como Cidade Ademar

Equipe do programa na Subprefeitura Vila Prudente

Subprefeitura Vila Mariana recebe os técnicos do TCMSP

Auditório da Subprefeitura M'Boi Mirim ficou lotado para assistir à palestra sobre as competências do Tribunal

Subprefeitura Lapa também integrou o ciclo de encontros Cidadania em Contas

Seminário 30 anos da Constituição

Conselheiro João Antonio da Silva Filho com o jurista e professor Celso Antônio Bandeira de Mello

Celso Antônio Bandeira de Mello foi homenageado por sua carreira no Direito Administrativo

Público presente posou para a foto junto ao jurista

Sociólogo Jessé Souza, então diretor-presidente da EGC, integrou a mesa de abertura

Jurista Pedro Serrano foi um dos palestrantes

Seminário analisou os avanços da Constituição Cidadã

Série Concertos Didáticos

Banda franco-brasileira Čao Laru encantou o público com sua arte

O grupo de teatro Trupe Pé de Histórias empolgou as crianças e os adultos

Capoeira e samba de roda também ganharam palco com a Associação Cultural de Capuêra Angola Paraguassú

O grupo musical As Choronas marcou a estreia dos Concertos Didáticos

Grupo João de Barro tocou músicas de Dominguinhos

O público apreciou o compositor e violonista paulistano Celso Viáfora

Outros eventos

Apresentação do Planejamento Estratégico

Avaliação para nova certificação ISO 9001

Encontros Plurais com o ex-ministro Bresser-Pereira

Encontro do Foccosp

III Reunião do Colégio Nacional de Presidentes de Tribunais de Contas

Professora Débora Garofalo recebe o Certificado de Boas Práticas por seu trabalho na Educação

Expediente

Redação, edição e fotos
Presidência e Assessoria de Imprensa do TCMSP

Projeto gráfico, produção e editoração
Pluricom Comunicação Integrada®

Relatório de Gestão do TCMSP 2018-2022
© Copyright 2022 TCMSP

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução desta obra ou parte dela, desde que citada a fonte.

All rights reserved. *Reproduction of this work or part of it is allowed, provided the source is mentioned.*

COMITÊ GESTOR

João Antonio da Silva Filho
Presidente

Maria Angélica Fernandes
Chefe de Gabinete da Presidência

Ricardo Epaminondas Leite Oliveira Panato
Secretário Geral

Luciana da Cunha de Castro Guerra
Subsecretária de Controle Externo

Lívio Mário Fornazieri
Ex-subsecretário de Fiscalização e Controle

Egle dos Santos Monteiro
Chefe da Assessoria Jurídica de Controle Externo

Mário Augusto de Toledo Reis
Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação

Ana Carla Bliacheriene
Diretora-presidente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

Maurício Xixo Piragino
Ex-diretor-presidente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

Jessé Souza
Ex-diretor-presidente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

Florestan Fernandes Junior
Assessor de Comunicação

Fulvio Giannella Junior
Assessor de Imprensa

Gláucio Teixeira Tavares
Subsecretário Administrativo

Roseli de Morais Chaves
Subsecretária da Secretaria Geral

Marcelo Veiga
Chefe do Núcleo de Governança e Gestão

Cybele Prandini
Secretaria Geral

Mariana de Luna Cury
Coordenadoria Processual

Tribunal de Contas
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Avenida Professor Ascendino Reis, 1130 – Portão A | Vila Clementino
CEP 04027-000 | São Paulo | SP
Telefone (+55 11) 5080-1000
E-mail: imprensa@tcm.sp.gov.br

portal.tcm.sp.gov.br

/TCMSP.gov

/tcmsp

/TVTCMSP

/tcm_sp

/company/tcm-sp/